

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GESTÃO 2008**

**DESEMBARGADOR JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**Florianópolis/SC
(dezembro/2008)**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 ATIVIDADES DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA	5
2.1 Atribuições do Corregedor Geral da Justiça	5
2.1.1 Visitas às comarcas.....	5
2.1.2 Participação em eventos e reuniões	7
2.1.3 Edição de provimentos	7
2.1.4 Tribunal Pleno	10
3 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO.....	11
3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional	11
3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas.....	12
3.3 Núcleo de Assessoramento III – Correicional e de Instrução Disciplinar	30
3.4 Atividades da Escrivania Correicional	31
3.4.1 De orientação.....	32
3.4.2 De planejamento e de projetos.....	32
3.4.3 De inspeção	33
3.4.4 Participação na revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça	34
3.4.5 Diversas	34
3.4.5.1 Do Mutirão de Sentenças.....	34
3.5 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais	35
3.5.1 Atividades Desenvolvidas	35
3.5.2 Quadro 1 - Inspeções Extrajudiciais	39
3.5.3 Tabela 1– Selos Adquiridos pelas Serventias	41
3.5.4 Tabela 2 – Ajuda de Custo	41
3.5.5 Tabela 3 – Ressarcimento	42
4 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	43
5 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA	45
6 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS	52
6.1 Atendimento a consultas por telefone.....	52
6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais.....	52
6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone.....	52
6.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria.....	52
6.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos.....	53
6.6 Outras atividades	53
7 ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA	54
7.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça.....	54
7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA	54
7.3 Sistema Bacen Jud.....	55
7.4 Sistema de Jurados Voluntários.....	55
7.5 Provimentos e Circulares.....	55
7.6 Projeto Cadastro de Magistrados	55
7.7 SAJ Estatística.....	55
7.8 Sistema de Inspeção Virtual	56
7.9 Projeto de Selos	56
7.10 Projeto Ressarcimento de Selos.....	56
7.11 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché.....	56
7.12 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária.....	57
7.13 Projeto Banco de Peritos.....	57
7.14 Emissão de relatórios estatísticos	57
7.15 Atendimento	57
7.16 Sistema de Gravação de Audiências.....	58
7.17 Sistema de Intimação por Telefone	58

7.18 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2008	58
7.19 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça	59
7.20 Banco de Conhecimento	59
7.21 Banco de Sentenças	59
7.22 Programa DNA	59
7.23 Portal da Infância e da Juventude	59
7.24 Instalação do SAJ-pg	60
7.25 Instalação de Rede Wireless	60
7.26 Aparelho de Televisão LCD	60
7.27 Troca de microcomputadores e periféricos	60
7.28 Relatório Eletrônico de Inspeção em Estabelecimento Prisional	61
7.29 Cadastro de Abrigos	61
7.30 Sistema Casa da Cidadania	61
8 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA	62
8.1 Quadro de pessoal:	62
8.2 Atribuições	62
8.3 Projetos/Atividades:	63
8.4 Eventos/Treinamentos:	64
8.5 Dados estatísticos	65
8.6 Propostas	68
8.7 Conclusões	68
9 ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL	69
10 CONCLUSÃO	71

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei n. 5.624/7 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina -, apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, nos diversos setores que a compõem, referentemente ao exercício de 2008.

É de esclarecer que, tendo este Corregedor tomado posse em 3 de novembro último, o relatório engloba também as atividades realizadas durante a gestão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Anselmo Cerello, até à data de sua aposentação.

No breve período em que estamos à testa deste Órgão Correicional nos dedicamos mais à orientação dos Magistrados e, com ênfase, à reestruturação dos serviços correicionais extrajudiciais.

Mesmo neste curto lapso de tempo, incumbe-nos ressaltar a valiosa e prestimosa colaboração que nos foi dada pelos Juízes-Corregedores Drs. Soraya Nunes Lins, Dinart Francisco Machado, Júlio César Ferreira de Melo e Volnei Celso Tomazini, bem como de todos os servidores que atuam neste Órgão, planejando a forma de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição para o exercício vindouro, sem deixar se exercer, entretanto, a necessária e indispensável fiscalização.

2 ATIVIDADES DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Atribuições do Corregedor Geral da Justiça

As atribuições da Corregedoria Geral da Justiça foram atendidas por meio de viagens e reuniões de orientação aos Magistrados e servidores, dando-se ênfase aos seguintes pontos:

- a) divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;
- b) informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça.
- c) divulgação do relatório de estabelecimentos penais (Res. n. 47 do CNJ) e sobre o Cadastro Nacional de Adoção - CNJ, e;
- d) apresentação do projeto de alteração/aperfeiçoamento da avaliação da produtividade nos processos de promoção.

2.1.1 Visitas às comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de:

- Porto Belo (17/03/2008): orientação em processo judicial;
- Balneário Camboriú (08/04/2008): orientação em processo judicial;
- Itajaí (29 e 30/05/2008): reunião com Magistrados;
- Chapecó (01^o a 2/04/2008): visita a convite da 6^a Coordenadoria Regional da AMC;
- São Miguel do Oeste (17/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondáí, São José do Cedro, São Miguel do Oeste;
- Chapecó (18/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Abelardo Luz, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Seara, Xanxerê, Xaxim;

- Videira (19/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Fraiburgo, Herval do Oeste, Joaçaba, Lebon Régis, Porto União, Santa Cecília, Tangará, Videira;

- Lages (20/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Lages, Otacília Costa, São Joaquim -1ª Vara, Urubici;

- Blumenau (24/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Ascurra, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode, Timbó, Brusque, São João Batista;

- Rio do Sul (25/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Ibirama, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Taió, Trombudo Central;

- Criciúma (30/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Araranguá, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo, Urussanga;

- Tubarão (1º/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Tubarão;

- Canoinhas (08/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Papanduva, Rio Negrinho;

- Joinville (09/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Araquari, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul;

- Itajaí (10/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Porto Belo, Tijucas;

- Capital (11/07/2008): Capital- Continente, Norte da Ilha, Juizados Especiais, Justiça Militar, Substitutos, Questões Agrárias, Unidade Sucessões e Direito Bancário), Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Palhoça.

- Lages: participação em inspeção correicional (08 e 09/09/2008)

2.1.2 Participação em eventos e reuniões

- I Reunião do Corregedor Nacional da Justiça com os Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal – Brasília (28/02/2008);
- XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana no Plenário do STJ – Brasília (05/03/2008);
- XLVII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – Belém/PA (12 a 14/03/2008);
- XI Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Rio de Janeiro (08 e 09/05/2008);
- XLVIII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – Maceió/AL (14 a 16/05/2008);
- XLIX Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – São Luis/MA (13 a 15/08/2008);
- Reunião com Des. Rui Stocco sobre cobrança de custas nos Juizados Especiais – São Paulo/SP (22/08/2008) e
- L Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça – Tocantins/TO (12 a 14/11/2008).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2008 – altera a redação do art. 508 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 02/2008 – altera da redação e inclui parágrafos do art. 58 e altera a redação do art. 59, ambos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, que dispõem sobre a inspeção nos estabelecimentos penais;
- Provimento 03/2008 - dispõe sobre o procedimento de recebimento de peças transmitidas por fax e a proporcionalidade na suspensão da distribuição de mandados nos afastamentos dos oficiais de justiça por período

inferior a trinta dias, alterando a redação dos arts. 86, 88 e 410 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 04/2008 - determina comunicação específica à Justiça Eleitoral acerca do pagamento ou não de multa penal, alterando o § 4º do art. 265-A do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 05/2008 - altera o prazo da "carga rápida, contido no § 1º do art. 206 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 06/2008 - altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça para adequar a realização dos exames de DNA em conformidade com o Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina – Prodnasc;

- Provimento 07/2008 - dispõe sobre a dispensa da impressão da certidão de remessa de relação de intimação de advogados para a publicação no Diário da Justiça, alterando o art. 451 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 08/2008 - dispõe acerca da dispensa de livros e também sobre o cumprimento de mandados relativos a pessoas recolhidas em estabelecimento penal, alterando a redação de artigo e incluindo novo dispositivo no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 09/2008 - altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e inclui novos dispositivos em relação ao serviço do Protocolo Unificado;

- Provimento 10/2008 - regula a emissão de certidões relativas às pessoas jurídicas, incluindo novos dispositivos no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 11/2008 - dispõe sobre a informação do número de inscrição das partes no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal do Brasil;

- Provimento 12/2008 - altera o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, modificando a redação de artigos e incluindo novos dispositivos;

- Provimento 13/2008 - altera o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, modificando a redação de artigos e incluindo novos dispositivos;

- Provimento 14/2008 - altera a redação do artigo 805 e parágrafos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 15/2008 - altera as redações dos §§ 5º e 6º do artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 17/2008 - altera o artigo 70, caput, no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 18/2008 - dispõe sobre o exame do pedido de transferência de presos condenados no Estado para outra unidade federativa, incluindo artigos ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

- Provimento 19/2008 - Inclui ao artigo 72 o parágrafo 6º , do Código de Normas: Isenção. Juizado Especial. Despesas. Protocolo Unificado.

- Provimento 20/2008 - Inclui parágrafos no artigo 208 do Código de Normas: Devolução. Autos. Baixa. Livro Físico. Informatizado. Anotação. Imediata.

- Provimento 21/2008 - Altera a redação do artigo 436-A do Código de Normas: Segredo de Justiça. Editais. Citação. Nome por Extenso. Demais Partes. Abreviado.

- Provimento 22/2008 - Altera a redação do artigo 497 do Código de Normas: Contador. Petição Inicial. Guia de Recolhimento/Boleto. Pagamento.

- Provimento 23/2008 - Inclui a Subseção VIII - Atestado de Pena a Cumprir à Seção X - Execuções Penais, do Capítulo X - Procedimentos Relativos ao Âmbito Penal, artigo 360-A do Código de Normas: Atestado de Pena a Cumprir.

- Provimento 24/2008 - Altera a redação do parágrafo 6º do artigo 213-A do Código de Normas:CPF. Cadastro Saj/PG. Existência . Desnecessária intimação.

- Provimento 25/2008 - Revoga o item "k" do Provimento n. 06/04, que altera a competência da Unidade de Direito Bancário na Comarca da Capital. Competência. Unidade Direito Bancário da Capital. Seguro.

- Provimento 26/2008 - Renumerar e acrescenta ao artigo 300 do Código de Normas. É autorizado o envio de alvará por meio de fac-símile, desde que emitido e recebido diretamente pelos equipamentos dos estabelecimentos de origem e destino, seguido de imediata confirmação telefônica.

- Provimento 27/2008 – Inclui parágrafo no artigo 72 do Código de Normas. A interposição de recuso em processo do Juizado Especial determina a perda de isenção prevista no parágrafo anterior e as despesas realizadas a título de protocolo unificado deverão ser recolhidas, inclusive as do próprio recurso.

- Provimento 28/2008 – Altera a redação do *caput* do artigo 102, transforma o parágrafo único em § 2º e acrescenta o § 1º no Código de Normas. Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais.

- Provimento 29/2008 – Inclui Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares, no Código de Normas. Bacen Jud. Infoseg. Orientações. Procedimentos Saj-PG.

2.1.4 Tribunal Pleno

Foram julgados no Conselho da Magistratura:

- Consulta n. 2007.900061-9;
- Consulta n. 2007.900057-0;
- Processo Administrativo n. 2007.900072-4;
- Processo Administrativo n. 2007.900032-8;
- Processo Administrativo n. 2007.900071-6;
- Vista dos autos de Consulta n. 2008.900032-8;
- Recurso de Decisão n. 2008.900027-1;
- Decisão monocrática lavrada nos autos n. CGJ 0405/2008.
- Decisão Monocrática lavrada nos autos do Pedido de Providências n. 2008.900064-6;
- Decisão monocrática lavrada nos autos CGJ 799/2008.

E no Tribunal Pleno:

- Processos GC 0391/2007, GC 0392/2007, GC 0455/2007, GC n. 0946/2007 e GC n. 0282/2008;

- Declaração de voto vencido nos autos de Agravo REgimental n.2008.011949-9/0001.00;

- Vista dos autos de Recurso de Decisão n.2007.015292-2;

- Declaração de voto vencido nos autos do Mandado de Segurança n. 2008005540-1;

- Declaração de voto vencido nos autos das ADi n. 2007013782-7 e 2008.011981-5.

3 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

a) De um total de 471 processos distribuídos, foram emitidos 427 pareceres finais e 60 intermediários. Atualmente, aguardam parecer 29 processos;

b) Quanto aos telefonemas atendidos, a Juíza Corregedora realizou 1143, restando para a sua assessoria 4.164 telefonemas.

c) Com relação às correspondências eletrônicas, o Núcleo prestou 3.212 informações através desse meio de contato.

d) Além dos atendimentos realizados pelos meios de comunicação acima citados, a Juíza Corregedora atendeu pessoalmente 239 pessoas e, a sua assessoria, outras 533.

e) A Juíza Corregedora analisou, ainda, 598 expedientes despachados diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições não autuadas, petições intermediárias, correspondências eletrônicas e ofícios.

O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 11.080 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

Projetos:

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Módulo de Assistência Judiciária – SAJ	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGInfo	Regulamentado pela CGJ em 2007. Necessidade de atualização do sistema para acesso das Delegacias.
Central de Cobrança de Custas	Assessoria de Planejamento (Asplan), Direção-Geral Administrativa (DGA), Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Infra-Estrutura (DIE), Diretoria de Documentação e Informações (DDI) e Diretoria de Informática (DI).	CGJ	GECOF implantada em todo o Estado. Conclusão em 07/11/08. Iniciadas as reuniões para definição de migração dos fluxos para o SAJ 5.
SAJ/Estatística	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGJ	Em fase de testes. Solicitadas melhorias. Aguarda provimento alterando forma de captação da estatística. Circular CGJ n. 57/08 determina casos de aplicação de novas movimentações.
Índice Estadual – Certidão estadualizada	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGInfo	Aquisição de Equipamentos realizada. Necessita definições de consultas.
Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda., Presidência, CGJ	CGJ	Encaminhamento à ASPLAN.

Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais	CGJ, Diretoria de Informática.	CGJ	Piloto na Capital – Juizado Especial – Dr. Newton Varela
Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais.	CGJ e Diretoria de Informática	CGJ	Piloto em Joinville – Juizado Especial – Dr. Zoldan
Bacen Jud 2.0	CGJ, Coordenadoria de Magistrados, Diretoria de Informática (DI), e Divisão de Conta Única	CGJ	Em plena atividade. Migração das ordens de transferência para o Banco do Brasil em fase de ajustes.
Inscrição de custas em dívida ativa via SAT	CGJ, Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)	CGJ	Implantado em 2007. Em plena atividade. Cadastro de usuários via núcleo II da CGJ. Projeto de transferência eletrônica dos dados via GECOF.
Programa de DNA em Audiência – PRODNASC	CGJ, Presidência	Presidência	Implantado em 2007. Em plena atividade. Criado site na CGJ. Criado controle eletrônico de pedido de kits. Em fase de desenvolvimento de um cadastro de exames em andamento (ficha de identificação eletrônica).
Mutirão do Júri – 2008	CGJ, Presidência	CGJ	Iniciado em 2007. Em 2008 não foi realizado em razão do pouco volume de processos.
INFOJUD	CGJ, Presidência	CGJ	Firmado convênio (adesão ao do CNJ com a SRF). Certificados Digitais adquiridos. Aguarda cadastro de unidades e juizes, bem como regulamentação do uso.
Transferência eletrônica de informações ao TRE/SC	CGJ, DI	CGJ	Envio das informações eletrônicas em substituição aos ofícios dos juizes. Arquivos de testes enviados em dezembro/08.
Peticionamento Eletrônico Portal e-SAJ	Presidência, CGInfo, DI, CGJ	CGInfo	Editada resolução conjunta que regulamenta o uso do sistema. Necessidade de atualização do CNCGJ.

Portal para credenciar Corretores de Imóveis para Alienação por Iniciativa Particular	CGJ, DGJ, DI, CGInfo	CGJ	Realizada reunião para iniciação do projeto. Proposta encaminhada à Presidência.
Banco de Idéias com formulário na web	CGJ	CGJ	Aguardando aprovação da monografia apresentada na UDESC (Paulo Remor e Sérgio Zitta)
Sistema de Comunicações Oficiais da CGJ	CGJ, DI, CGINFO	CGJ	Sistema HERMES do TJRN. Proposta encaminhada à Presidência.
Mapa interativo com informações das Comarcas – telefone, endereço, abrangência, competência (Judicial e Extrajudicial)	CGJ	CGJ	Em fase de especificação do projeto pelo Núcleo II.
CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional	Presidência, CGJ	CGJ	Adesão ao convênio com o BACEN assinado. Aguarda-se o recebimento de senha MASTER. Necessidade de regulamentação do uso.
RENAJUD	Presidência, CGJ	CGJ	Adesão ao convênio do CNJ. Em fase de cadastramento das unidades judiciárias. Necessidade de regulamentação do uso.
Índice de Provimentos, Circulares e Ofícios-Circulares	CGJ	CGJ	Criação de ementa dos atos emitidos pela CGJ. Relativo ao ano de 2008 foi disponibilizado em novembro.

Reuniões:

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
12/02/2008	17:30h	CGJ	Apresentação das atividades e projetos de todos os setores da CGJ ao novo Corregedor
13/02/2008	14h	CGJ	Proposta de publicação das pautas de audiências no site do TJSC à DI, CGInfo e DGJ. Proposta de criação de portal para tratar da Alienação por Iniciativa Particular.
13/02/2008	16h	CGJ	Apresentação dos projetos administrados pelo Núcleo II ao Corregedor

14/02/2008	9:30h	CGJ	Apresentação do SAJ/EST ao Corregedor e ao Des. Gastaldo Buzzi
15/02/2008	14h	CGJ	Proposta de criação de novo regimento de custas, separando os temas “custas” e “emolumentos”.
19/02/2008	14h	CGJ	Criação de movimentações para atender Juizado Especial e Infância e Juventude
22/02/2008	14h	CGJ	Sistema de Gravação de telefone
29/02/2008	14h	10º andar – plenário	Reunião da CGInfo
10/03/2008	9:30h	ASPLAN	Definição de grupo de trabalho para adoção tabelas unificadas CNJ
11/03/2008	16h	Gab. Dr. Dinart	Equipamentos de informática da CGJ
12/03/2008	16h	ASPLAN	GECOF – definições novas Comarcas e plano para 2008
14/03/2008	10h	CGJ	Com Correios, DMP e DGJ sobre devolução de AR e reclamações das Comarcas
19/03/2008	14h	Delegacia SRF	Tratativas para convênio INFOCONV e esclarecimentos sobre o INFOJUD.
24/03/2008	16h	CGJ	GECOF – SALTs pendentes com a Softplan – apresentação do Custas na Web.
25/03/2008	16h	CGJ	Peticionamento Eletrônico – definição do portal e cobrança de custas
26/03/08	14 h	CGJ	SAJ-Estatística. Solicitações à Softplan de ajustes para homologação do sistema e implantação em caráter oficial. Inclusão de relatórios do Inspeção Virtual.
31/03/08	10h	Escola Fazendária – SEF	Ajustes para evitar ocorrência de erros na inclusão de devedores para inscrição em dívida ativa.
02/04/08	14h	CGJ	Proposta de alterações do Protocolo Postal Integrado – mudança da denominação para “Serviço Protocolo Postal”.
04/04/2008	9:30h	10º andar	Tabelas Unificadas do CNJ – criação de grupo de trabalho
09/04/2008	17h	CGJ	Definições da GECOF – instalação em São José e força tarefa em navegantes
10/04/2008	9:30h	CGJ	Grupo de Trabalho das tabelas Unificadas do CNJ
14/04/2008	10h	CGJ	Tabelas de classes de 1º grau – tabelas CNJ
16/04/2008	11h	CGJ	Conta Única – valores de fiança e valores apreendidos. Criação de sistema para depósito via web independente de distribuição do inquérito previamente.
17/04/2008	9:30h	CGJ	Reunião da equipe sobre classes de 1º grau – tabelas CNJ
23/04/2008	16h	CGJ	Reunião da CGJ com Gráfica acerca de modelo de carta auto-envelopável com AR para a GECOF
28/04/2008	9:30h	CGJ	Reunião do Grupo de Trabalho sobre tabelas

			unificadas do CNJ
29/04/2008	14h	CGJ	Problemas com as comunicações oficiais da CGJ. Proposta de utilização de sistema que permita controle de envio e recebimento com identificação do leitor, data e hora.
30/04/2008	14h	Asplan	Definições sobre cronograma de implantação da GECOF
05/05/2008	14h	Lages	Avaliação do PRODNASC
06/05/2008	14h	10º andar – TJ	Definição nova padronização de cores das capas
07/05/2008	14h	ASPLAN	Definições da GECOF
07/05/2008	16h	ASPLAN	Definição de novas filas para os fluxos da GECOF e utilização da carta de intimação auto-envelopável
08/05/2008	9:30h	CGJ	Tabelas do CNJ
09/05/2008	9:30h	10º andar – TJ	Tabelas do CNJ – apresentação da Softplan da proposta de adaptação do SAJ
20/05/2008	9:30h	CGJ	GECOF – definições para o SAJ 5
26/05/2008	16h	CGJ	Orçamento da Corregedoria
27/05/2008	13:30h	11º Andar – CGINFO	Tabelas unificadas do CNJ – Assuntos, Movimentações e Classes.
28/05/2008	14h	Torre II – hall superior	Integração das procuradorias no SAJ 5
29/05/2008	14h	Softplan	Migração da GECOF para o SAJ 5
29/05/2008	17h	ASPLAN	Instalação da GECOF em Joinville
05/06/2008	16h	CGJ	SAJ/AJ – reunião com OAB/SC, Polícia Civil, DI e Softplan
10/06/2008	16:30h	CGJ	Alteração Resolução n. 02/05-TJ – a respeito do Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça e da comarca de Blumenau
11/06/2008	14h	CGJ	Consulta da pauta de audiências na internet
11/06/2008	15:30h	CGJ	SAJ/Estatística – problemas e implementações
12/06/2008	14h	CGJ	Portal da Infância e Juventude - definições
13/06/2008	13:30h	Escola Fazendária	Integração do SAJ (GECOF) com o SAT
20/06/2008	14:30h	Lages	PRODNASC – avaliação e ações a serem implementadas
18/07/2008	15h	ASPLAN	Sistema de conta única e Bacenjud (transferência ao Banco do Brasil)
21/07/2008	14h	ASPLAN	Sistema de tabelas unificadas do CNJ
28/07/2008	14h	CGJ	Apresentação dos relatórios da auditoria nas Comarcas em que houve instalação da GECOF
29/07/2008	14h	CGINFO	Tabelas unificadas do CNJ
31/07/2008	14h	CGINFO	Tabelas unificadas – movimentações do SAJ e do CNJ
01/08/2008	14:30h	10º andar	Apresentação da Kenta para a CGINFO
06/08/2008	16h	CGJ	Definição de projetos
18/08/2008	10h	CGJ	Definição com a PGE acerca do pagamento de Requisições de Pequeno Valor contra o

			Estado e Honorários periciais decorrentes de processos com Assistência Judiciária.
20/08/2008	10:30h	CGJ	Depósito de moeda estrangeira (participação do BB, DOF e Justiça Federal)
28/08/2008	15h	CELESC	Reunião acerca do acesso ao endereço da base de clientes da CELESC
29/08/2008	14:00	CGInfo	Reunião mensal – Torre I
04/09/2008	15:30h	ASPLAN	Definições acerca despesas com correios
10/09/2008	14h	ASPLAN	Definições acerca de circular sobre despesas com os correios
23/09/2008	8h	HS – Pleno	Indicadores do TJ
23/09/2008	13:30h	10º andar	Implementações de relatórios estatísticos das Turmas de Recursos – adequações do SAJ/SG ou SAJ/Turmas
24/09/2008	14h	CGInfo	Definições acerca das tabelas unificadas para o SAJ
30/09/2008	14h	ASPLAN	Alterações na resolução conjunta do IRRF. Mudanças na retenção de requisições de pequeno valor. Adequações da Conta Única.
30/09/2008	16h	CGInfo	Tabelas processuais unificadas
01/10/2008	14h	CGInfo	Integração do SAJ/AJ com a Polícia Civil
02/10/2008	10h	Pleno	Indicadores de Gestão
02/10/2008	14h	CGInfo	Produtividade do 2º Grau
06/10/2008	17h	CGInfo	Classe Habilitação de Crédito – definições no SAJ
09/10/2008	11h	Gabinete	Definição do curso de capacitação dos distribuidores e SAJ/AIP.
14/10/2008	14h	CGInfo	Acertos da tabela de movimentações
14/10/2008	17h	Auditoria	Definições sobre o IRRF (resolução) e requisições de pequeno valor
15/10/2008	14h	CGInfo	Tabela de movimentação – finalização
30/10/2008	14h	CGJ	Ajuste da tabela de movimentações (novas sugestões)
30/10/2008	15h	CGJ	Bacenjud – migração das ordens de transferência para o Banco do Brasil – inativação do BESC no BACEN.
06/11/2008	14h	CGJ	Integração do SAJ com o Ministério Público
11/11/2008	9h	DOF	Repasses da SEF ao TJSC
12/11/2008	16h	CGJ	Definição com o TRE/SC sobre a certidão de antecedentes para fins eleitorais e também sobre a troca de informações por meio eletrônicos (condenações, etc.)
13/11/2008	10h	CGInfo	Classes de incidentes no SAJ/PG – tabela processual unificada do CNJ
13/11/2008	14h	Softplan	Migração do fluxo da GECOF para o SAJ 5.0
14/11/2008	9h	DOF	Definição dos códigos de infração e de receita para ajustes no SAT
14/11/2008	13:30h	SAT-SEF	Ajustes no SAT e criação de novos códigos de infração; alteração de natureza de algumas infrações; alteração das receitas e

			repasses
17/11/2008	10h	BB/BESC	Bacenjud – definição de relatórios e arquivos para ajustar e solucionar problemas da transição para o BB e pendências.
18/11/2008	14:30h	DOF	Transferências do BB relativas ao Bacen Jud.
19/11/2008	9h	CGINFO	Planejamento aula Distribuidores
19/11/2008	14h	Softplan	Fluxos da GECOF para o SAJ 5
20/11/2008	9:30h	CGINFO	Definições acerca das Tabelas Processuais Unificadas
20/11/2008	14h	CGJ	Assistência Judiciária. Definições de procedimentos com a OAB. Fixação de padrão ou parâmetro para concessão.
21/11/2008	9:30h	CGINFO	Tabelas Processuais Unificadas
27/11/2008	9:30h	CGINFO	AIP – cálculo de pena cumprida. GECOF – modelo de carta AR.
29/11/2008	16h	ASPLAN	Gastos com os correios.
01/12/2008	10h	CGJ	Apresentação ao Corregedor e Juízes-Corregedores do Projeto de modificação da avaliação de produtividade de magistrados.
01/12/2008	14h	Softplan	Migração dos fluxos da GECOF para o SAJ 5

Pareceres:

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0068/2007	Criação de vara regional de execuções penais de Blumenau
CGJ 0799/2007	Lançamento no rol de antecedentes criminais – importação dos dados
CGJ 0244/06	Instalação na distribuição de impressora configurada para recebimento de fax
CGJ 0771/2007 CGJ 0737/2007	Diário da Justiça Eletrônico – Eliane Scheidt – Comarca de Blumenau – não localização do nome do advogado na pesquisa do DJE
160648-2002.4	Solicitação do Prefeito de Laguna para a implantação da Terceira Vara da Comarca de Laguna
CGJ 1104/2007	Consulta. Conflito competência – Distribuição de inventários e arrolamentos em Itajaí
CGJ 0191/2007	Transferência do Fórum de Herval d'Oeste para outro local
CGJ 0457/2007 e 274938-2007.6	Redefinição de competências das Varas de Família de Blumenau
0862/2007	Solicita revisão da resolução 03/98-TJ. Protocolo de cooperação firmado com o Poder Judiciário do Paraná. Cartas precatórias cumprimento nas cidades limítrofes com o Estado do PR. Diligências
231279-2005.4	Encaminhamento da pesquisa de avaliação do usuário
CGJ 0738/2006	Consulta se há possibilidade de servidor público abrir empresa especializada em recursos contra infrações de trânsito
258978-2006.6	CNJ – ofício circular 582/CNJ/GP e Pedido de Providências nº 491 – identificação automática de prevenções – SAJ
CGJ 0634/2006	Solicita racionalização do uso de papel nas dependências dos Fóruns
CGJ 0805/2007	Instalação 3ª Vara Criminal Comarca de Itajaí
CGJ 0093/2008	Justificação criação novas unidades judiciárias
CGJ 0477/2007	Custas iniciais em embargos

CGJ 0097/2008	Determina estabelecimento de regras específicas de designação de magistrados para o cumprimento das visitas de inspeção mensal nas unidades carcerárias do Estado
CGJ 0432/2005	Solicita seja baixado ato normativo definindo uma vara específica, ou seja competente para julgar processos provenientes da Câmara de Mediação e Arbitragem de Joinville
CGJ 0400/2005	Averbação de penhora . Responsabilidade do credor. Expedição de precatória para averbação indevida.
CGJ 0118/2005	Requer medidas urgentes no intuito de melhorar os serviços judiciários da Comarca (autos n. 220076-2005.7)
CGJ 0717/2007	Pedido de providências – protocolo unificado da Capital
CGJ 0061/2008	Consulta sobre pedidos de certidões referentes aos cartórios judiciais e extrajudiciais existentes na comarca
297561-2008.0	Convênio com CELESC para acesso ao SIGA de informações dos consumidores (autos CGJ 0907/2007)
CGJ 0409/2007	Comissão de Informatização da Corregedoria Geral da Justiça – CNJ. Projeto integração de bancos de dados entre tribunais. Integração de indicadores de gestão.
CGJ 0112/208	Envio de petição por fac-símile e proporcionalidade na suspensão de mandados aos oficiais de justiça nos afastamentos inferiores a trinta dias. Alteração dos arts. 86 e 88 e 410 do CNGCJ.
CGJ 0113/2007	Pedido de providências. Processos não distribuídos por falta de funcionário. Protocolo unificado
CGJ 0237/2006, 275874-2007.1 e 286464-2007.9	Lavratura de Termos Circunstanciados pelas Polícias Militar e Rodoviária
280821-2007.8	Criação de Varas Regionais e Juizado Especial Criminal na Comarca de Itajaí
CGJ 0465/2007	Fazenda Nacional. Execução fiscal. Dispensa de condução de oficial de justiça.
CGJ 0095/2006	Realização de estudos sobre a possibilidade de o SAJ apresentar níveis de prioridade de tramitação e julgamento
CGJ 0635/2007	Realização de estudos sobre a possibilidade de o SAJ apresentar níveis de prioridade de tramitação e julgamento de autos
285920-20073.	Proposta instalação de Comarca no Município de Campo Alegre. Parecer pelo não acolhimento.
244962-2006.5	Ofício n. 152/2006-GP – Solicita instalação de uma Comarca no Município de Corupá. Parecer pela rejeição do pedido.
CGJ 1058/2007	Consulta sobre central de atendimento. Advogados e partes. Adoção de senha única – Não colhimento.
CGJ 0630/2006	Consulta de processos crimes apenas pelo número e não pelo nome da parte
CGJ 0114/2008	Consulta. Emissão ou não de certidão nos casos de execução de sentença provisória
CGJ 0009/2007	Reclamação atendimento Cartório 1ª vara da Família de Blumenau – Arquivamento.
CGJ 0313/2004	Eliminação de autos findos – Arquivo Central - requisitos
CGJ 0456/2006	Arquivo Central do Poder Judiciário – ajuste de regulamentação
CGJ 0188/2008	Pedido de providências – Unidade de Direito Bancário da Capital – encaminhamento à Presidência.

CGJ 1079/2007	Pedido de isenção taxa – protocolo unificado – Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão – indeferimento.
CGJ 0491/2006	Pedido de criação de vara virtual em Itajaí – despacho da Presidência e Conselho da Magistratura contrários. Levantamento de varas virtuais no estado. Encaminhamento ao Pleno.
CGJ 0959/2007	Pedido de providências de Joinville – PRODNASC – kits de coleta insuficientes. Expedição de Ofício-Circular. Nova forma de distribuição por demanda.
CGJ 1064/2007	Comunicação à justiça eleitoral – referência expressa do pagamento ou não da pena de multa quando comunicada a cessação dos efeitos da sentença penal condenatória. Alteração do § 4º do art. 265-A do CNECJ.
CGJ 0130/2008	Aumento do prazo para carga rápida – provimento alterando art. 206 CNECJ – pedido da OAB de Blumenau – atendimento.
CGJ 0871/2007	Sugestões da OAB/SC sobre custas do TJSC – Informações sobre custas na web.
CGJ 0234/2008	Deferido pedido para realização de reuniões da CEJA para divulgação do CUIDA nos abrigos.
CGJ 0932/2007	Pedido da OAB Blumenau – diversos itens – arquivamento do pedido eis que avaliado nos autos CGJ 0130/2008.
260861-2006.8c/c 301679-2008.0	Unificação dos cartórios judiciais da 1ª e 2ª Varas
2007.900061-9	Consulta. Protocolo unificado. Poder Público. Isenção de despesas. Confecção de carimbo de anotação para inclusão na conta final
CGJ 0467/2007	Protocolo Integrado – Pagamento de despesas de postagem pela Fazenda Nacional.
299132-2008.2	Blumenau – pedido de ampliação do protocolo judicial expresso
247344-2006.5	Providências para utilização de carimbo “marca d’água”
CGJ 0467/2007	Protocolo Integrado – Pagamento de despesas de postagem pela Fazenda Nacional.
CGJ 0289/2008	São José – OAB sugere ao Diretor do Foro a edição de portaria conjunta fixando critérios objetivos para Assistência Judiciária
CGJ 0126/2008	Recebimento de objetos de processos criminais. Risco de Manuseio e Guarda. Encaminhamento ao CGINFO.
301231-2008.0	Solicitação do TJ/SP – Bacen Jud – Conta Única para bloqueio - informação
CGJ 0257/2008	CNJ – Banco de dados – Juízes TQQ e Cartórios Judiciais e Extrajudiciais
CGJ 0456/2006	Arquivo Central do Poder Judiciário – ajuste de regulamentação – conferência da minuta de resolução.
257080-2006.7	Solicita contratação bolsistas, e aquisição de equipamentos para o Juizado Especial Criminal de Itajaí
301231-2008.0	Bacen Jud – solicitação do TJSP de provimento do TJRS
CGJ 0182/2008	Portaria de instalação de unidade de cooperação em Araranguá
CGJ 0358/2008	Problemas relacionados às comunicações oficiais da Corregedoria Geral da Justiça enviados por correio eletrônico. Análise do software Hermes
302952-2008.2	Ofício n. 013/2008 – proposta visando redefinir competências das Varas da Comarca de São Bento do Sul
CGJ 0271/2008	Consulta ao TCE – servidores – contratação. Encaminhamento à

	Presidência.
CGJ 0899/2007	Dificuldade na nomeação de advogados – competência do júri – Assistência Judiciária – Comarca de Santa Cecília.
CGJ 0184/2008	Certidão de Antecedentes – vítima figurando na certidão – Comarca de Chapecó. Reclamação de Juiz da Capital.
CGJ 1139/2007	Pagamentos da conta única – depósitos em conta corrente de advogado – informações
254799-2006.6	Requerimento nº 31/2006 – solicita a implantação da 2ª Vara na Comarca de Pomerode
300137-2008.7	Of. N. 92/2008 – solicita instalação da unidade jurisdicional criada pela Lei Estadual n. 224/2002
280816-2007.1	Moção nº 02/2007. Criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no Vale do Itajaí - Lei n. 11.340/2006
CGJ 0761/2007	Portarias de Suspensão de Prazo – regulamentação solicitação de autorização prévia em algumas situações ;
234020-2005.8	Portarias de suspensão de prazo – centralização do recebimento das informações para publicação.
CGJ 0258/2008	Requer criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste, pleito pela OAB/SC – 5ª Subseção de Chapecó
299334-2008.1	Solicita criação na comarca de Araranguá
301063-2008.5	Cópia da moção n. 119/2006 – solicita implantação da Vara Criminal na comarca de São Bento do Sul
299105-2008.5	Pedido de instalação da 3ª Vara na Comarca de São Miguel do Oeste
288561-2007.1	Solicita viabilização na instalação da 3ª Vara da Comarca de Canoinhas
300138-2008.5	Moção para criação de uma vara da Infância e Juventude na comarca de Lages
301429-2008.0	Proposta para a instalação da nova vara da comarca de Jaraguá do Sul
308117-2008.6	Solicita informações acerca do “número” e “demandas de processos em cada vara/comarca
308507-2008.4	Digitador para atender o PRODNASC em Lages (seção ao Laboratório DNA/UEDESC)
299215-2008.9	Solicita a criação e instalação da 4ª Vara Criminal de Joinville
CGJ 0544/2002	Criação de Vara em São Lourenço do Oeste – pela rejeição do pedido
CGJ 0279/2008	Implementação do acesso das delegacias de polícia ao SAJ/AJ – implementação em andamento – arquivamento dos autos.
CGJ 0548/2002	Consulta OAB para criação da 3ª Vara na Comarca de Videira
299484-2008.4	Solicita criação de uma terceira unidade judicial relativa a ações da Vara da Família – Palhoça
0304979-2008.4	Processo CGJ 0805/2007 – Portaria . 149/2007 – determina no âmbito da CGJ a realização de estudos visando à criação de nova vara criminal na comarca de Itajaí
CGJ 0240/2004	Solicita instalação de mais uma vara na Comarca de Biguaçu
CGJ 0550/2002	Solicita instalação da 2ª Vara na Comarca de Papanduva
CGJ 0544/2002	Requer a criação de Varas na Comarca de São Lourenço do Oeste
CGJ 0549/2002	Solicita criação de varas em Canoinhas.
CGJ 0430/2008 e autos 307422-	Circular CGJ n. 29/2008 – elevação gratificação dos Oficiais de Justiça e criação do fundo de ressarcimento de conduções.

2008.6	
CGJ 0543/2008	Intimações pessoais dos Procuradores do INSS. Carta precatória – AR/MP. Contrato EBCT
CGJ 0889/2007	Solicita criação de nova vara/redistribuição de competências – Curitiba
CGJ 0351/2008	Sistema de acompanhamento das inspeções nos estabelecimentos penais do CNJ – Acesso disponível, solicita preenchimento e envio de dados
CGJ 0258/2008	Requer criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste, pleito pela OAB/SC – 5ª Subseção de Chapecó
297971-2008.3	Elevação da comarca de Tubarão da entrância final para especial
273593-2007.8	Ofício n. 81/2007 – Conforme solicitação da Coordenadoria de Magistrados, comunica que de acordo com o julgamento dos juízes daquela comarca são necessárias mais 04 novas unidades judiciárias
CGJ 0395/2008	Encaminha solicitação do Dr. Márcio Locks (OAB/SC 7869) requerendo exclusão de registro existente no sistema de antecedentes criminais (autos n. 023972398055)
0184/2008	Pedido de providências – certidão de antecedentes criminais positiva – Réu Raul Angelo Minosso – Chapecó
CGJ 0201/2008	Aumento do nº de varas da família – Comarca da Capital. Criação de centrais de atendimento.
0703/2007	Relatório n. 220/2005 – avaliação nas receitas repassadas ao fundo do reaparelhamento da Justiça pelas contadorias judiciais
CGJ 0515/2004	Extinção de Livros
259797-2006.7 250582-2006.7 216613-2005.5	Auditoria nos procedimentos pertinentes aos processos de precatórios
CGJ 0254/2008	Doação de veículo em favor do conselho da comunidade
299224-2008.8	Conselho Nacional de Justiça. Cópia da Resolução n. 46 do CNJ
CGJ 0502/2008	Centralização da dívida ativa de autarquia e fundações federais. Novas atribuições das seções de créditos da PGF-PF/SC
300406-2008.6	Juízo de Direito de Caçador – solicita a instalação da 3ª Vara
CGJ 0537/2008	Inclusão de precatórias para envio por Protocolo Unificado
CGJ 0571/2008	Advogado sem procuração nos autos – autorização para extração de cópias – não ocorrência de intimação.
216926-2005.6	Utilização do SAT para inclusão de custas processuais e multas penais em dívida ativa – implantação – orientações e criação de logins e senhas aos usuários.
311343-2008.4	Solicita, mediante proposição, implantação de um segunda vara na Comarca de Navegantes
CGJ 0550/2008	Pedido de providências – carga de autos a advogados.
CGJ 0076/2008	Requer identificação e prioridade no trâmite de ações judiciais que envolvem grandes devedores de créditos fiscais
CGJ 0930/2007	Solicita novas vagas para assistente social na Comarca de Lages.
299132-2008.2	Blumenau – pedido de ampliação do protocolo judicial expresse
309041-2008.8	Of. N. 22/2008 – Solicitação – alteração de competências das varas
CGJ 0519/2008 c/c 308079-2008.0	Solicita agilização da liberação de alvarás judiciais (308079-2008.0)
CGJ 0071/2008	Comunica falta de pessoal técnico (assistente social, psicólogo) junto à

	Vara da Infância e Juventude
CGJ 0368/2008	Cobrança de valores para o serviço de “Protocolo Unificado”, praticado pelo e. TJSC, solicita adoção do protocolo integrado/unificado sem custos (Justiça Federal), petições enviadas às comarcas destinatárias por malote interno
CGJ 0656/2007	Procedimento administrativo (Portaria n. 103/2007). “Projeto Mutirão de sentenças 2007”. Juízo Família, Órfãos, Sucessões do Estreito
CGJ 0219/2008	Solicita modificação dos editais nas ações de usucapião
CGJ 0794/2007	Proposta de Resolução CNJ para Autorização Judicial de Crianças adolescentes ao exterior
CGJ 0543/2008	Intimações pessoais dos Procuradores do INSS. Carta precatória – AR/MP. Contrato EBCT
CGJ 0605/2008	Execuções fiscais relativas a contribuições previdenciárias
CGJ 0051/2005	Consulta vigência da Circular n. 24/91 e Provimento 07/92. Transferência de réus presos
276234-2007.0	Convênio INFOJUD – indicação de masters
CGJ 0536/2008	Requer a exclusão da folha de antecedentes criminais em nome de Wilson Bruno Barros – nomeação e posse em concurso público
CGJ 0310/2008	Solicita sugestões e/ou emendas aos projetos de lei que alteram as LC’s 366/06, 339/06, 367/06 e 398/07 (quadro de pessoal do Poder Judiciário)
CGJ 0511/2006	Protocolo unificado. Isenção de pagamento. UDESC
CGJ 0236/2008	Sugere adequações quanto à retirada e devolução de processos nos cartórios judiciais e extrajudiciais (processo n. 02/08-CDA)
CGJ 0632/2008	Consulta se há necessidade da permanência das ações de seguro na esfera de competência das Unidades de Direito Bancário – UDB -, vez que se assevera conflito de competência
CGJ 0686/2008	Solicita remessa de processos em que a União (Fazenda Nacional) e parte para a Vara da Justiça Federal, em especial os processos do grande devedor – ACOPEÇAS – Indústria de Peças de Aço LTDA.
305231-2008.1	Relatório n. 83/2008 – Auditoria nas Unidades Judiciais – 1ª e 2ª Varas – Comarcas de São Bento do Sul – Edição de Ofício-Circular com orientações da Assessoria de Custas
CGJ 0728/2008	Consulta de Criciúma acerca da competência para feitos do juizado especial criminal com citação editalícia. Distribuição livre entre as varas criminais.
CGJ 0256/2008	Comunicações aos cartórios extrajudiciais por meio eletrônico. Desenvolvimento de sistemas em andamento. Utilização iminente do RENAJUD.
CGJ 0710/2008	Despesas com correios. Pedido da Presidência. Edição de Circular.
CGJ 0236/2008	Retirada e devolução de processos nos cartórios judiciais. Orientações ao distribuidor. Comunicação à OAB.
CGJ 0178/2008	Encaminhamento de pedido de informações ao juiz titular da Vara de Precatórias, Precatórios, Falências e Concordatas
CGJ 0731/2008	Consulta ao CNJ e BACEN acerca das moedas estrangeiras apreendidas
CGJ 0119/2005	Solicita aplicar, no âmbito da Justiça Estadual, o disciplinado na resolução n. 399/04 do Conselho da Justiça Federal, depósito em banco oficial
CGJ 0104/2008	Pedido de providências. Fotografia de autos por meio de máquinas

	digitais. Como proceder?
CGJ 0184/2008	Pedido de providências – certidão de antecedentes criminais positiva – Réu Raul Angelo Minosso – Chapecó
CGJ 1116/2007 C/c 1107/2007	Redefinição de competência das Varas Criminais
CGJ 0607/2008e 313463-2008.6	Termo de adesão ao convênio de cooperação institucional celebrado entre o Banco Central do Brasil, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal
CGJ 0693/2008	Portaria de Fraiburgo – Adequação ao CNCGJ – determinadas providências e consertos dos feitos.
CGJ 0710/2008	Despesas com correios. Pedido da Presidência. Retificação da Diretoria de Infra-Estrutura. Edição de nova Circular.
CGJ 0727/2008	Consulta. Nomeação de Assistente Judiciário. Ato avulso. Mudança do SAJ/AJ para permitir sem limitação. Impossibilidade.
CGJ 0630/2006	Advogado condenado. Extinção da Pena. Pedido de exclusão do nome do SAJ. Multa penal não recolhida. Indeferimento do juiz. Questão jurisdicional. Pedido não acolhido.
303293-2008.0	Cadastro de Segurança do Município de São João Batista. Inacolhimento.
CGJ 0371/2008	Análise de portarias da Unidade de Direito Bancário da Capital. Autorizar a dispensa temporária de procedimento de intimação de advogados pelo DJE para pagamento de custas, enquanto não implantada a GECOF.
304407-2008.6 e 259301-2006.7	Balneário Camboriú. Pedido de criação de cargo de juiz especial. Pelo inacolhimento.
289042-2007.9	Pedido da OAB. Reclamação relativa a devolução de autos. Falta de recibo. Edição de Provimento (art. 208, CNCGJ)
CGJ 0263/2006	Processo de adoção – certificação de trânsito em julgado – publicação no Diário da Justiça com o nome inteiro
CGJ 0044/2006	Requer providências para conter morosidade, sugere modelos de despachos implementados pela Justiça Federal
CGJ 0806/2007	Portaria n. 150/2007 – Determina no âmbito da CGJ, a realização de estudos visando a redefinição das competências nas Varas Cíveis da Comarca de Joinville e a necessidade de serem criadas novas unidades, cíveis e criminais
CGJ 0718/2007	Consulta sobre as atribuições da Infância e Juventude quanto ao transporte de adolescentes apreendidos e cumprimento de medidas provisórias
257427-2006.6	Solicita audiência com o Presidente do TJSC, conforme ofício n. 007/2006
CGJ 0452/2006	Expedição de carta precatória para cumprimento de pena em regime aberto ou pena restritiva de direito
286465-2007.7	Of. Gabinete nº 02/07. Problemas enfrentados por advogados de várias comarcas no que se refere ao pagamento das URH's
CGJ 0415/2007	Prazo para recolhimento de custas iniciais. Prévio à distribuição. Edição de provimento.
250389-2006.1	Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº 03, de 30 de maio de 2006
CGJ 0332/2007	Pedido de Busca e Apreensão – Segredo de Justiça no SAJ – pedido de esclarecimento

CGJ 0746/2008	Projeto de revitalização de execução penal – Dr. Júlio
CGJ 0654/2008	Pedido de providências, reclamação contra o cartório da 5ª Vara Cível da Comarca de Blumenau. Negativa de vistas e de juntada de procuração
250389-2006.1	Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº 03, de 30 de maio de 2006
CGJ 0621/2008	Solicitação anônima requerendo: fim da nomeação de oficiais <i>ad hoc</i> , produtividade para oficiais de justiça controladas pelas varas, permissão para a parte indicar cartório extrajudicial de Títulos e Documentos e publicação de despachos na internet
CGJ 0774/2008	Pedido de providências. Emissão de certidões de antecedentes criminais incompletos, constando só arquivado, quando houve condenação, registrados na base de dados por parte da Vara Criminal da Comarca
CGJ 0787/2008	CNJ – Ofício Circular n. 19/CNJ/COR/2008 e Instrução Normativa n. 01 – Interceptações telefônicas. Informações estatísticas ao CNJ.
CGJ 0572/2006	Pedido de instalação de vara do Juizado Especial Criminal no Foro do Continente – Comarca da Capital. Opinado contrariamente à modificação da competência.
CGJ 0013/2007	Anotação de gravames judiciais em veículos sucessivamente alienados. Inacolhimento do pedido para fazer constar dos Certificados de Registro de Veículo – CRV.
CGJ 0094/2006	Autorização de carga enviada por fax. Inacolhimento da proposta. Arquivamento dos autos.
CGJ 0225/2005	Especificação de provas – utilização inadequada por servidores. Expedição de ofício-circular.
CGJ 0664/2008	Redefinição das competências das 1ª e 2ª Varas da Comarca de Mafra. Pelo acolhimento da proposta.
CGJ 0623/2007 (apensos: 0120/2006, 0106/2006, 0495/2006 161514-2002.9)	Redefinição da competência das varas cíveis da Comarca da Capital. Pelo acolhimento da proposta dos magistrados. Encaminhar a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias.
CGJ 0875/2007	Procedimento de encaminhamento de alvará de soltura. Autorização para envio por fac-símile.
CGJ 0821/2008	Destinação de valores de transações penais para entidades beneficentes. Possibilidade às entidades cadastradas.
CGJ 0421/2008	Cobrança de multa e custas penais em processos criminais. Competência do juízo da condenação ou da execução. Isenção e parcelamento. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.
CGJ 0212/2008	Arquivamento de processos criminais com custas pendentes. Assistência Judiciária. Possibilidade de deferimento para fins de isenção das custas antes do envio para inscrição em dívida ativa. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.
CGJ 0621/2007	Cooperativa Regional Alfa. Desbloqueio de conta corrente. Aplicação do Bacenjud correta. Indeferimento. Cadastro de conta única junto ao STJ conforme Resolução 61 do CNJ.
281878-2007.7	Portobens Administradora de Consórcios Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.

281879-2007.5	CNF Consórcio Nacional Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.
281877-2007.9	Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.
CGJ 0850/2008	BCP S/A (Grupo claro) e BADESC – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.
CGJ 0305/2008	Certidão para fins de agravo de instrumento. Não cobrança da taxa de expedição de certidões. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.
293925-2007.8	Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de conflitos. PAC e Casa da Cidadania em Lages. Participação do Ministério Público. Pelo acolhimento. Ajustes na competência das varas criminais de Lages (autos CGJ 1116/2007).
CGJ 0671/2006	Movimentação de arquivamento – Inquéritos Policiais. Pedido Dr. Jaber Farah Filho. Tabela do CNJ. Pelo arquivamento dos autos.
CGJ 0876/2007	Reclamação Blumenau – Bacenjud - conta bloqueada na CEF. Ordens anteriores. Saldo indisponível. Informações da CEF fornecidas.
266518-2007.2	Convênio INFOCONV. Resolução CNJ n. 46. Convênio nacional com a RFB. Oficiado o CNJ.
CGJ 1022/2008	Remessa de dados para a Justiça Eleitoral – deferimento – expedição de ofício comunicando. Solicitação de reciprocidade e comunicação de óbitos.
CGJ 0298/2007	Devolução de correspondência recebida no foro da Capital – sem indicação de setor específico. Reclamação de advogado. Procedimento ajustado.
CGJ 0358/2008	Utilização do Sistema Hermes. Solicitação de versão ao TJRN. Encaminhamento à Presidência para adesão ao “Acordo de Cooperação Técnica n. 004/2008” do CNJ.
CGJ 0902/2008	Banco Itaú S/A. Descumprimento de ordens judiciais de bloqueio da própria instituição financeira. Bacen Jud. Ofício ao banco para justificativa.
304516-2007.1	Comunica problemas encontrados no sistema de nomeação dos defensores dativos. Expedição de ofício-circular.
CGJ 0868/2008	Projeto – Depoimento sem dano – Infância e Juventude – Comarca de Itajaí. Encaminhamento à Presidência.
CGJ 0749/2008	Registro de candidaturas na Justiça Eleitoral. Antecedentes criminais. Requer esclarecimentos sobre o art. 102 do Código de Normas da CGJ. Edição de provimento.
321938-2008.0	Pedido de Providências 10/2008 – DOF. Orientação acerca de movimentações do SAJ relativas a expedição de alvarás da Conta Única. Expedição de Ofício-Circular.
320790-2008.0	Criação de um posto de Comissariado de Menores no Aeroporto de Navegantes. Pelo indeferimento.
308479-2008.5	Orientações sobre o IRRF na conta única.
CGJ 0207/2008	Rol de antecedentes criminais. Certidão incorreta. Circular 09/2007.
CGJ 0787/2008	Encaminha a instrução normativa n. 01 de setembro de 2008, requerendo envio de dados relativos às interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática em curso, de forma mensal até o dia 10 de cada mês, a começar por outubro
CGJ 0681/2008	Solicita aplicação da Lei n. 10.741/03, art. 71, §§ 1 e 2 (dispõe sobre o

	Estatuto do Idoso), prioridade em todos os atos processuais
CGJ 0778/2008	Sistema de Conta Única – transferência de valores entre subcontas – alteração de sistemática – orientação aos chefes de cartório. Orientações.
CGJ 0076/2008	Requer identificação e prioridade no trâmite de ações judiciais que envolvem grandes devedores de créditos fiscais.

Viagens:

DATA	LOCAL	ASSUNTO
07/04/2008	Joinville	Audiência dia 08/04 - Processo Administrativo 0356/2006 e 0450/2006
05/05/2008	Lages	Reunião PRODNASC
16/06/2008	São Miguel do Oeste	Apresentação projeto produtividade e outros
17/06/2008	Chapecó	Apresentação projeto produtividade e outro
18/06/2008	Videira	Apresentação projeto produtividade e outro
19/06/2008	Lages	Apresentação projeto produtividade e outro
24/06/2008	Blumenau	Apresentação projeto produtividade e outro
30/06/2008	Criciúma	Apresentação projeto produtividade e outro
01/07/2008	Tubarão	Apresentação projeto produtividade e outro
03/07/2008	Rio do Sul	Apresentação projeto produtividade e outro
04/07/2008	Indaial	Audiência – Processo Administrativo 0202/2005
08/07/2008	Canoinhas	Apresentação projeto produtividade e outro
09/07/2008	Joinville	Apresentação projeto produtividade e outro
10/07/2008	Itajaí	Apresentação projeto produtividade e outro
19/08	Joinville	Projeto Piloto – gravação de áudio e vídeo em audiências
02/09/2008	Imaruí	Audiência dia 02/09/2008 - CGJ 410/2007
08 e 09/09/2008	Santa Rosa do Sul e Braço do Norte	Projeto Piloto da Gravação de Áudio e Vídeo em audiências
08 e 09/09/2008	Lages	Dr. Dinart viagem com Desembargador
10/10/2008	Blumenau	Para oitiva no processo administrativo 0410/2007
29/10/2008	Brasília – DF	RENAJUD. Orientações

Eventos:

DATA	LOCAL	ASSUNTO
12, 13 e 14/05/08	AMC	Unificação de Tabelas do CNJ
14 a 16/05/08	Maceió – AL	ENCOGE
25 e 26/06/08	Brasília – DF	II Encontro de Tribunais no CNJ sobre as tabelas processuais unificadas
11/07/2008	Capital	Apresentação projeto produtividade e outro
13 a 15/08/2008	São Luís – MA	ENCOGE

12 a 14/11/2008	Palmas - TO	ENCOGE
-----------------	-------------	--------

Outras Atividades:

DATA	LOCAL	ASSUNTO
24/03/2008	CGJ	Recepção de Flávio e Ivanilde (CGJ do MT) – 065-3617-3197.
17/07/2008	TJ – 10º andar	Apresentação do sistema de gravação de audiências da empresa Kenta
03/09/2008	Auditório do 11º Andar – TJ	Capacitação de instrutores para instalação de varas acerca das orientações, sistemas da CGJ e IR
06/10/2008	CGInfo – 9º andar	Apresentação – sistema de gravação de audiência Softplan
09/10/2008	CGJ	Oitiva autos CGJ 0410/2007
14/10/2008	CGJ	Oitiva autos CGJ 0603/2008

Ofícios/Ofícios-Circulares/Circulares:

NÚMERO	TIPO	DATA	ASSUNTO
008/2008	Ofício-Circular	14/03/2008	PRODNASC – nova forma de distribuição de kits
018/2008	Ofício-Circular	03/04/2008	PGFN – comunicação da transferência e solicitação de prazo para envio de execuções fiscais
055/2008	Ofício-Circular	28/07/2008	PGFN – solicitação postergação do prazo para envio de execuções fiscais
022/2008	Ofício-Circular	22/08/2008	Orienta acerca da intimação dos procuradores federais nas ações do INSS.
046/2008	Circular	09/09/2008	Orienta acerca das despesas de correio e indica seleção dos serviços adequados para cada situação
048/2008	Circular	19/09/2008	Retifica orientações acerca das despesas de correio e indica seleção dos serviços adequados para cada situação, bem como proibição de uso particular.
107/2008	Ofício-Circular	10/11/2008	Utilização do código 8045 para retenção de IRRF em algumas situações, em razão de consulta realizada à SRF.
063/2008	Circular	26/11/2008	Indica conta do Fundo Estadual da Defesa Civil para destinação de penas pecuniárias.
115/2008	Ofício-Circular	19/11/2008	Nomeação de defensores dativos. Sistema SAJ/AJ.
116/2008	Ofício-Circular	27/11/2008	Orientação aos Chefes de Cartório acerca da utilização de movimentações

			do SAJ relativas a expedição de alvarás da Conta Única.
--	--	--	---

Minutas De Provimento:

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
0001/2008	07/02/2008	Altera o art. 508 do CNCGJ – custas iniciais de embargos
0002/2008	08/02/2008	Altera os arts. 58 e 59 do CNCGJ – relatório eletrônico de inspeção em estabelecimento prisional
0003/2008	22/02/2008	Altera arts. 86, 88 e 410 do CNCGJ – petição por fax e afastamento oficiais de justiça
004/2008	18/03/2008	Altera redação do art. 265-A do CNCGJ – comunicações à Justiça Eleitoral
005/2008	19/03/2008	Altera redação do art. 206 do CNCGJ – prazo da carga rápida = 2 horas
006/2008	25/03/2008	Altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça para adequar a realização dos exames de DNA em conformidade com o Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina - Prodnasc. Altera os arts. 119 e 120 do CNCGJ.
007/2008	25/03/2008	Dispõe sobre a dispensa da impressão da certidão de remessa de relação de intimação de advogados para a publicação no Diário da Justiça, alterando o art. 451 do CNCGJ.
008/2008	25/03/2008	Dispõe acerca da dispensa de livros e também sobre o cumprimento de mandados relativos a pessoas recolhidas em estabelecimento penal, alterando a redação de artigo e incluindo novo dispositivo no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Altera a redação do parágrafo único do art. 197 e inclui o art. 407-A ao CNCGJ.
009/2008	25/03/2008	Altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e inclui novos dispositivos em relação ao serviço do Protocolo Unificado. Incluir o art. 70-A e alterar a redação do art. 71, <i>caput</i> , e § 1º, incluindo o seu § 3º, bem como alterar a redação do art. 72, <i>caput</i> , incluindo nesse os §§ 3º, 4º e 5º, todos do CNCGJ.
010/2008	30/05/2008	Regula a emissão de certidões relativas às pessoas jurídicas, incluindo novos dispositivos no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Inclui os arts. 99-A, 101-A e 101-B no CNCGJ.
011/2008	30/05/2008	Dispõe sobre a informação do número de inscrição das partes no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal do Brasil. Inclui os arts. 213-A e 489-A no CNCGJ.
012/2008	30/05/2008	Altera a redação dos artigos 115, 118, 175, 355, 452, 453, 488, 515 e 516 do CNCGJ, incluindo novos dispositivos.
013/2008	03/06/2008	Altera a redação dos artigos 23, 25, 30, 31, 66, 76, 81, 82, 224, 238, 293, 294, 482 e 485 do CNCGJ, incluindo novos

		dispositivos;
017/2008	04/08/2008	Altera o art. 70 do CNCGJ, incluindo as precatórias no Protocolo Unificado.
020/2008	19/09/2008	Inclui dispositivos no art. 208 do CNCGJ. Recibo de devolução de autos em carga
022/2008	19/09/2008	Altera o art. 497 do CNCGJ. Recolhimento de custas iniciais.
023/2008	29/09/2008	Inclusão dos arts. 360-A, 360-B e 360-C – atestado de pena cumprida
026/2008	06/11/2008	Alteração do art. 300 do CNCGJ – envio de alvará de soltura por fax
028/2008	17/11/2008	Alteração do art. 102 do CNCGJ – certidão para fins eleitorais
027/2008	18/11/2008	Acrescenta o § 7º ao art. 72 do CNCGJ – retira isenção do protocolo unificado em caso de recurso nos processos dos Juizados Especiais
028/2008	18/11/2008	Altera a redação do <i>caput</i> do artigo 102, transforma o parágrafo único em § 2º e acrescenta o § 1º no Código de Normas. Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais.
029/2008	28/11/2008	Inclui Capítulo XXIII – Sistemas Auxiliares, no Código de Normas. Bacen Jud. Infoseg. Orientações. Procedimentos Saj-pg.

Programas administrados pelo Núcleo II:

PROGRAMA	USUÁRIOS/SENHAS	CONSULTAS
BACEN JUD	1.526	1.431
SAT	146	339
Honorários Peritos e Advogados - Assistência Judiciária – Comp. Delegada	13	43
PRODNASC	ND	94

O Núcleo II participou da elaboração de diversas minutas de Resoluções e Resoluções Conjuntas, de respostas a aproximadamente 1.200 e-mail's relacionados com dúvidas acerca de procedimentos do foro judicial. Também foram atendidos pessoalmente vários consulentes, entre pessoas físicas, representantes de pessoas jurídicas e Advogados.

3.3 Núcleo de Assessoramento III – Correicional e de Instrução Disciplinar

Inspeções realizadas em 2008:

N.	COMARCA	DATA
----	---------	------

1	Itajaí –Infância e Juventude	13 e 14 de fevereiro
2	São José – 2ª cível	19 à 22 de fevereiro
3	Xaxim	3 à 7 de março
4	Blumenau – varas da família	26 à 27 de abril
5	Tangará	6 à 9 de maio
6	Indaial – 1ª vara	12 à 16 de maio
7	Palhoça – 2ª cível	26 de maio
8	Araranguá – 1ª cível	16 à 20 de junho
9	São José – Vara Criminal	28 e 29 de julho
10	Fraiburgo – 1ª e 2ª vara	25 à 29 de agosto
11	Porto União – 1ª e 2ª vara	01 à 05 de setembro
12	Santo Amaro da Imperatriz	15 à 19 de setembro
13	Capital – Vara Exec.Fiscal Municipal	02 à 05 de dezembro

Instruções em Processos Administrativos, com inquirições 2008:

N.	Data	Comarca	Processo	Pessoas ouvidas
1	29/02/2008	Capital - CGJ	GC 387/06	01
2	12/03/2008	Criciúma	GC 946/07	02
3	13/03/2008	Tubarão	GC 946/07	16
4	14 e 15/04/2008	Correia Pinto	CGJ 482/05	05
5	22/04/2008	Laguna	CGJ 196/02	05
6	27/04/2008	Indaial	GC 701/02	04
7	06/05/2008	Joaçaba	GC 946/07	01
8	07 a 09/05/2008	Tangará	GC 387/06	06
9	20/05/2008	Balneário Camboriú	CGJ 680/02	01
10	20/05/2008	Itajaí	CGJ 680/02	01
11	22 e 23/05/2008	Sombrio e Araranguá	527/07	04
12	10/06/2008	Capital CGJ	CGJ 527/07	01
13	16/06/2006	Laguna	CGJ 196/07	02
14	19/06/2008	Itajaí/Bal.Camboriú	CGJ 0680/02	04
15	15/07/2008	Guaramirim/Joinville	CGJ 405/08	12
16	07/08/2008	Criciúma	CGJ 0220/06	07
17	21/08/2008	Joaçaba/Tangará	Inq.Judicial	09
18	22/08/2008	Concórdia/Seara	GC 0431/08	05
19	03/09/2008	Canoinhas	CGJ 1109/07	06
20	01/10/2008	Capital CGJ	CGJ 0375/05	01
21	08/10/2008	Itapema	CGJ 0743/07	01
22	09/10/2008	Capital CGJ	CGJ 0743/07	01
23	10/10/2008	Itapema	CGJ 0743/07	04
24	29/10/2008	Porto Bello	CGJ 0717/08	13
TOTAL...				112

3.4 Atividades da Escrivania Correicional

Integraram a Escrivania Correccional no ano de 2008 as escrivães correccionais Perla Maria Fusinato Schappo e Melissa Cavalca Andrade, sendo que a última permaneceu no cargo até 19/09/2008.

No período de fevereiro a novembro de 2008, as atividades das escrivães correccionais ocorreram nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

3.4.1 De orientação

Mês/atividade	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Total
Telefonemas recebidos	54	64	66	70	84	122	60	55	27	27	630
Telefonemas efetuados	8	18	16	8	10	16	20	10			106
E-mail respondidos	38	47	71	53	75	69	44	49	51	37	534
Pandions respondidos	18	15	16	18	33	30	15	13	12	10	180
Atendimento pessoal	3	0	0	3	1	1	0	0	0	2	10

3.4.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;

- Participação em reuniões tratando:

a) De reclamações referentes aos serviços prestados pelos Correios;

b) Destinação de bens e valores apreendidos;

c) Definição das novas capas de processos do Poder Judiciário;

d) Método de intimação eletrônica das Comarcas de documentos encaminhados pela CGJ (sistema Hermes);

e) Providência a serem tomadas após a apresentação dos relatórios da GECOF, decorrentes da implantação nas Comarcas;

f) Regulamentação dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor pela Procuradoria Geral do Estado;

g) Das intimações dos procuradores do INSS;

h) Da destinação dos valores apreendidos em processos criminais em moeda estrangeira;

- i) do cronograma de viagens do Núcleo III, para realização de inspeções correicionais e apoio operacional;
- j) de alterações e adaptações no sistema SAJ/PG;
- l) de temas referentes ao Mutirão de Sentenças e Despachos;
- m) certidões encaminhadas ao TER;

3.4.3 De inspeção

No trabalho de campo, os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

As escrivães acompanharam os Juizes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

n.	Comarca	Data
1	Itajaí –Infância e Juventude	13 e 14 de fevereiro
2	São José – 2ª cível	19 à 22 de fevereiro
3	Xaxim	3 à 7 de março
4	Blumenau – varas da família	26 à 27 de abril
5	Tangará	6 à 9 de maio
6	Indaial – 1ª vara	12 à 16 de maio
7	Palhoça – 2ª cível	26 de maio
8	Araranguá – 1ª cível	16 à 20 de junho
9	São José – Vara Criminal	
10	Fraiburgo – 1ª e 2ª vara	25 à 29 de agosto

11	Porto União – 1ª e 2ª vara	01 à 05 de setembro
12	Santo Amaro da Imperatriz	15 à 19 de setembro
13	Capital – Vara Exec.Fiscal Municipal	02 à 05 de dezembro

3.4.4 Participação na revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNGCJ.

3.4.5 Diversas

Assessoramento dos Juizes Corregedores na instrução de processos disciplinares, no âmbito judicial.

Participação da elaboração da minuta de provimento que regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2008.

3.4.5.1 Do Mutirão de Sentenças

A atividade da escrivania correicional no Mutirão de Sentenças 2008 correspondeu a secretariar o Corregedor-Geral da Justiça Desembargador Anselmo Cerello e a Juíza-Corregedora Dra. Soraya Nunes Lins, especificamente no controle:

- a) das unidades participantes do Mutirão de Sentenças;
- b) dos juízes participantes do Mutirão;
- c) do acervo de processos deslocado no Estado, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ.

Ainda:

- 1) destinação dos processos sentenciados encaminhados à CGJ para as respectivas Comarcas auxiliadas;
- 2) verificação e análise da situação das Comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário;

3) por fim, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças para encaminhamento à Presidência para inclusão em folha.

3.5 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

A criação do Núcleo IV propiciou condições de especializar magistrados e servidores para atuarem na área extrajudicial, sendo considerado pelo Tribunal de Justiça e pelos senhores serventuários extrajudiciais como um grande avanço para uma melhor orientação e fiscalização dos serviços extrajudiciais. Foi, desta forma, viabilizado um acompanhamento mais efetivo das serventias, conhecendo seus serviços, suas dificuldades e suas deficiências.

A atuação na área extrajudicial tem sido desenvolvida por um trabalho amplo, nas mais diversas frentes, investindo na fiscalização, por meio de inspeções correicionais e na orientação aos serventuários, bem como na revisão e atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e na resolução de dúvidas e consultas encaminhadas por correio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br), servindo tanto aos delegados do serviço notarial e registral quanto à população em geral. As participações nos eventos promovidos pela ANOREG – Associação dos Notários e Registradores, trouxeram subsídios para o aperfeiçoamento na prestação dos serviços extrajudiciais.

3.5.1 Atividades Desenvolvidas

Participação nos Encontros Estaduais em Chapecó (16.8.2008) e Lages (26 e 27.9.2008), ambos promovidos pela ANOREG, tendo sido proporcionado espaços ao Núcleo IV para divulgar o trabalho desenvolvido e apresentar novas matérias extrajudiciais.

Participação do Vice-Corregedor-Geral nos Encontros de Corregedores-Gerais do Brasil – ENCOGE realizados em Belém (PA) (12 a 14.03.08 e São Luiz (MA) (13 a 15.08.08), sendo proporcionadas discussões visando encontrar caminhos para um aprimoramento nas orientações,

fiscalizações e também soluções para as dificuldades encontradas pelos senhores cartorários. Em 2008 esta Corregedoria se fez presente nos Encontros

Campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes (Grande Florianópolis, Videira, Sul do Estado).

Implementação da Lei Complementar n. 408/08, dando nova redação ao caput do art. 14 da Lei Complementar nº 175, de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 365, de 2006, que institui a ajuda de custo para as Escrivanias de Paz do Estado, alterando e ampliando os valores destinados às serventias deficitárias, assim consideradas aquelas com menos de 10.000 habitantes, tendo o pagamento ocorrido em outubro, retroagindo a 8 de maio do corrente ano.

Pagamento da ajuda de custo no exercício de 2008.

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2008.

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos gratuitos retroativos a 2005/2007.

Aquisição e controle de aproximadamente 18.000.000 de selos de fiscalização, para uso em todas as Serventias Extrajudiciais em atividade.

Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo.

Levantamento do acervo de informática (hardware) e condições de internet, pertencentes as Serventias Extrajudiciais, para planejamento da implantação de sistemas e aquisição de equipamentos de informática. (Circular n. 20/08)

Alteração do sistema informatizado para a renovação das contas bancárias junto ao Banco do Brasil, tendo em vista a obrigatoriedade determinada pelo TJ.

Conferência mensal de relatório mensal da fatura para pagamento da ABNC – American BankNote Company, relativamente ao contrato celebrado para confecção, distribuição dos Selos de Fiscalização.

Confecção e distribuição de cartazes elucidativos dos Selos de Fiscalização.

Confecção e distribuição do Manual do Selo de Fiscalização, para esclarecimento geral sobre o Selo, de forma impressa, bem como, disponibilizadas as informações em formato eletrônico junto à página da Vice-Corregedoria.

Ampliação do espaço físico do Núcleo IV, com a aquisição de uma sala própria para os serviços relacionados ao Selo de Fiscalização.

Participação da Comissão para análise, planejamento e elaboração de projeto para posterior desenvolvimento Sistema de Automação do Extrajudicial, Comissão multidisciplinar ainda em atividade.

Planejamento da Gestão Financeira e Orçamentária dos recursos do TJ destinados à Corregedoria-Geral da Justiça, bem como dos recursos oriundos da venda dos Selos de Fiscalização, destinado às atividades extrajudiciais, para o exercício de 2008 e 2009.

Elaboração de sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais.

Elaboração e implantação do Sistema de Boleto Bancário, em parcela com o TJ, para recolhimento dos valores devidos ao FRJ e para a aquisição de selos pagos.

Parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda para divulgação estadual aos serventuários do Sistema informatizado – ITCMD fácil.

Por orientação do CNJ a CGJ, por intermédio do Núcleo Extrajudicial coordenou no Estado de Santa Catarina o mutirão Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, de 17 a 21 de novembro de 2008, com ampla divulgação em todo o Estado, por intermédio da Imprensa escrita, falada e televisada, bem como com a distribuição de cartazes do evento à todas as Serventias Extrajudiciais, Diretores de Foro, Anoreg, Ministério Público, Secretaria Estadual de Educação (divulgação nas escolas da rede estadual). Foram mobilizadas todas as serventias e comarcas para a divulgação e acompanhamento do mutirão.

Foram editados três Provimentos, a saber: a) Provimento n. 13/08, que deu nova redação aos art. 862 e 896, V e VI do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina (CNCGJSC); b) Provimento n. 014/2008, alterando a redação do artigo 805 e do Código de Normas da CNCGJSC; e, c) Provimento n. 15/08 Altera as redações dos §§ 5º e 6º do artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e c) Provimento nº 16/2008, dando nova redação ao art. 963 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Com relação às inspeções correicionais primeiramente informamos que o Estado de Santa Catarina conta com 574 (quinhentas e setenta e quatro) serventias em atividades, requerendo uma grande estrutura para as inspeções. É oportuno esclarecer, que a maioria das correições acontecem em duas oportunidades: na primeira, são relatadas as constatações com as respectivas determinações e, na segunda, os assessores, após o encerramento de prazo para regularização oferecido à serventia, retornam para verificar o cumprimento das irregularidades encontradas. Nesta segunda etapa, a título de experiência, os retornos estão ficando sob a responsabilidade da Direção do Foro de cada comarca inspecionada.

Foram inspecionadas 53 (cinquenta e três) serventias durante o ano, sendo que muitas delas por mais de uma vez, conforme quadros 1.

É importante frisar, que o resultado das inspeções para algumas serventias foi apenas de determinações disciplinares branda, mas, em outras, houve a necessidade de multa, intervenção ou até mesmo nova designação.

Além de toda a atividade fiscalizadora, a equipe de servidores atendeu, durante a gestão, a 345 (quinhentos e quarenta e cinco) consultas encaminhadas por magistrados, cartorários, e pela população em geral.

O Núcleo IV auxiliou ainda na instrução dos processos de desdobros (Resolução n. 08/05-CM) para decisão do egrégio Tribunal Pleno.

Elaboração, para a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, do quadro de serventias vagas para o concurso de provimento para Ingresso e de Remoção na Atividade Notarial e de Registro.

3.5.2 Quadro 1 - Inspeções Extrajudiciais

Comarca/Serventia	Processo
Araquari - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 713/08
Araquari – Registro de Imóveis	CGJ-E – 714/08
Biguaçu – Escritania de Paz do município de Antônio Carlos	CGJ-E – 514/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Aiurê, município de Grão-Pará	CGJ-E – 672/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Aiurê, município de Grão-Pará (retorno)	CGJ-E – 118/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Invernada	CGJ-E – 016/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do município de Grão-Pará (Constatação)	CGJ-E – 012/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do município de Santa Rosa de Lima (Constatação)	CGJ-E – 010/08
Braço do Norte – Registro de Imóveis	CGJ-E – 021/08
Campo Belo do Sul - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 268/08
Capital – Escritania de Paz do distrito de Saco dos Limões, município de Florianópolis	CGJ-E – 218/08
Chapecó – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 383/08
Chapecó – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 377/08
Chapecó – Escritania de Paz do distrito de Marechal Bormann, município de Chapecó (constatação)	CGJ-E – 389/08
Chapecó – Escritania de Paz do distrito de Sede Figueiras, município de Chapecó	CGJ-E – 373/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Campo Alegre	CGJ-E – 384/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Caxambu do Sul	CGJ-E – 379/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Cordilheira Alta	CGJ-E – 385/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Guatambú	CGJ-E – 378/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Nova Itaberaba	CGJ-E – 380/08
Chapecó – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 396/08
Chapecó – Registro de Imóveis	CGJ-E – 372/08
Coronel Freitas – Escritania de Paz do município de Águas frias	CGJ-E – 067/08
Coronel Freitas – Escritania de Paz do município de Coronel Freitas	CGJ-E – 069/08
Coronel Freitas – Escritania de Paz do município de Jardinópolis	CGJ-E – 075/08
Coronel Freitas – Escritania de Paz do município de União D'Oeste	CGJ-E – 074/08

Comarca/Serventia	Processo
Correia Pinto – Escrivania de Paz do município de Ponte Alta	CGJ-E – 173/08
Criciúma – Escrivania de Paz do município de Nova Veneza	CGJ-E – 689/08
Criciúma – Escrivania de Paz do município de Siderópolis (retorno)	CGJ-E – 364/07
Guaramirim – Escrivania de Paz do município de Schroeder	CGJ-E – 622/08
Içara – Registro de Imóveis	CGJ-E – 799/08
Itajaí – Registro de Imóveis (retorno)	CGJ-E - 598/06
Jaraguá do Sul – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 590/08
Joaçaba – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 641/08
Joaçaba - 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (retorno)-	CGJ-E – 087/07
Joaçaba – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 542/08
Joaçaba – Escrivania de Paz do município de Treze Tílias	CGJ-E – 544/08
Laguna – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (retorno)	CGJ-E – 368/06
Laguna – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (transmissão do acervo)	CGJ-E – 368/06
Pinhalzinho – Escrivania de Paz do município de Nova Erechim	CGJ-E – 068/08
Pinhalzinho – Escrivania de Paz do município de Saudades	CGJ-E – 073/08
Pinhalzinho – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 072/08
Pinhalzinho – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 070/08
Porto União – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de títulos	CGJ-E – 531/08
Porto União – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de títulos	CGJ-E – 530/08
Porto União – Escrivania de Paz do distrito de Poço Preto, município de Irineópolis	CGJ-E – 533/08
Porto União – Escrivania de Paz do distrito de Santa Cruz do Timbó	CGJ-E – 534/08
Porto União – Escrivania de Paz do município de Irineópolis	CGJ-E – 529/08
Porto União – Escrivania de Paz do município de Matos Costa	CGJ-E – 535/08
Porto União - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 532/08
Porto União – Registro de Imóveis	CGJ-E – 079/08
Porto União – Registro de Imóveis	CGJ-E – 523/08
Timbó – Escrivania de Paz do município de Rio dos Cedros	CGJ-E – 776/07

3.5.3 Tabela 1– Selos Adquiridos pelas Serventias

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Selos Isentos	561.840
Selos Isentos 02 atos	1.200
Selos Pagos Tipo 2	15.447.840
Selos Pagos Tipo 3	1.191.504
Selos Pagos 02 atos (Normal)	366.192
Selos Pagos 02 atos (Emergencial)	5.472
Selos Pagos 04 atos (Normal)	106.800
Selos Pagos 04 atos (Emergencial)	1.056
D.U.T. (Normal)	577.584
D.U.T. (Emergencial)	34.464
Selos Escritura Valor (Normal)	121.440
Selos Escritura Valor (Emergencial)	5.904
TOTAL	18.421.296

3.5.4 Tabela 2 – Ajuda de Custo

MÊS	VALOR
Janeiro	103.500,00
Fevereiro	103.500,00
Março	103.500,00
Abril	103.500,00
Maio	103.000,00
Junho	103.000,00
Julho	103.000,00
Agosto	103.000,00
Setembro	103.000,00
Outubro	366.661,60
Novembro	137.500,00
Dezembro	
TOTAL	1.433.161,60

3.5.5 Tabela 3 – Ressarcimento

MÊS	VALOR
Janeiro	334.929,90
Fevereiro	414.050,02
Março	446.662,75
Abril	463.154,93
Maiο	368.463,33
Junho *	926.857,30
Julho	401.515,16
Agosto	396.627,31
Setembro	640.490,34
Outubro **	633.367,07
Novembro	
Dezembro	
TOTAL	5.026.118,11

* No mês em referência foram pagos os atrasados referentes ao período de Janeiro/2005 a Julho/2007

** Atrasados pagos referentes ao período de agosto à dezembro de 2007.

Encontra-se em fase de implementação o Projeto “Revitalização da Execução Penal para o Estado de Santa Catarina”.

O projeto tem por objetivos específicos:

a - conhecer a real situação do sistema prisional no Estado de Santa Catarina;

b - implementar política de auxílio aos juizes e serventuários na execução penal, visando padronizar procedimentos, com um núcleo de apoio no TJSC;

c - implantar novo modelo de gestão de cartório para execução penal tendo como referência o Cartório da Vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis;

d - incentivar a participação das universidades nas atividades jurídicas e sociais desenvolvidas nos presídios de Santa Catarina.

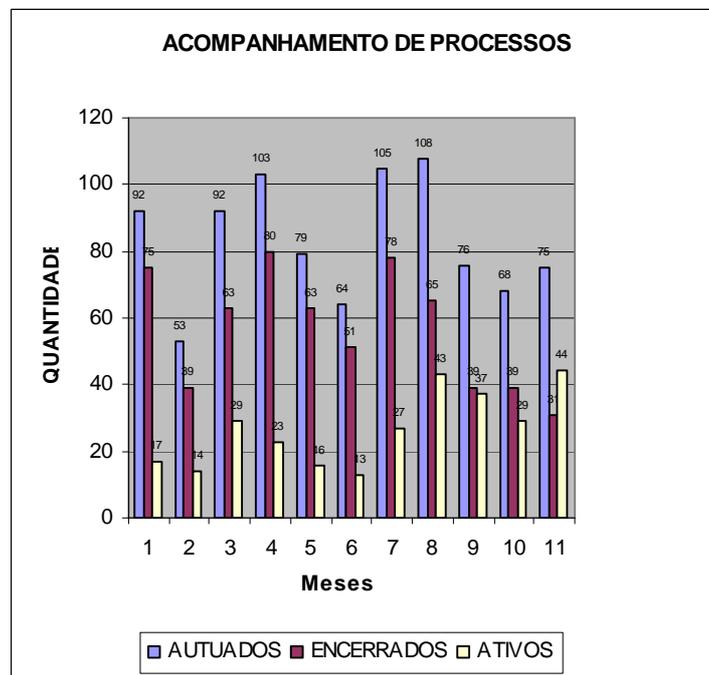
4 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

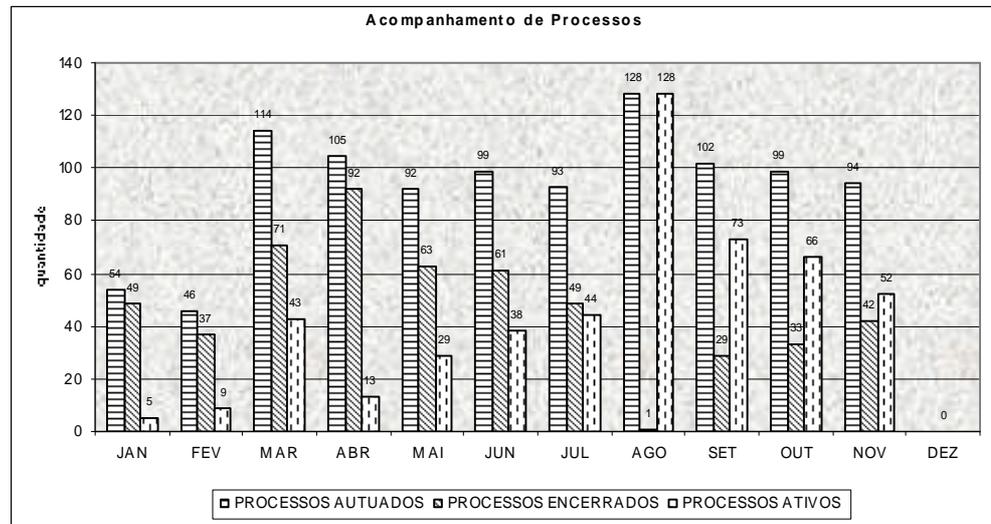
Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais e da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, praticou os seguintes atos e funções:

- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos e circulares;
- digitalização de processos;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- controle a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controlar do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;

- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
 - controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
 - abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
 - atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria;
- e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
PROCESSOS AUTUADOS	92	53	92	103	79	64	105	108	76	68	75
PROCESSOS ENCERRADOS	75	39	63	80	63	51	78	65	39	39	31
PROCESSOS ATIVOS	17	14	29	23	16	13	27	43	37	29	44





5 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Ressalta-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Participação das reuniões de trabalho nas comarcas/pólo do Estado, nos meses de junho e julho/2008, com magistrados, assessores e analistas jurídicos, para orientações, esclarecimentos e discussão acerca dos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria e unidades judiciárias. Dentre os temas tratados destacamos a apresentação do projeto de melhoria das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição. Com o intuito de apresentar e esclarecer o conteúdo do projeto, bem como colher sugestões de melhorias, debateu-se acerca dos principais aspectos da nova sistemática de agrupamento da atividade judicante e cartorária. Como resultado destas reuniões tivemos a incorporação ao projeto de várias contribuições formuladas por magistrados e servidores.

- Aperfeiçoamento do Saj/Estatística, com a criação de novos relatórios e formas de pesquisa, possibilitando a ampliação do leque de informações estatísticas;

- Implementação, em Santa Catarina, do projeto “Justiça Aberta”,

da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Além do cadastramento das serventias e respectivos usuários, a Divisão Judiciária trabalhou na montagem dos dados estatísticos solicitados, assumindo a responsabilidade pela alimentação do site do Conselho. De igual forma, em conjunto com a Assessoria de Informática desta CGJ, envidamos esforços junto ao setor técnico do CNJ para que a remessa das informações passem a ser feitas de forma eletrônica, sem a necessidade de execução de retrabalhos;

- Adaptação do relatório eletrônico de “Inspeção em Estabelecimento Prisional” ao modelo determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 47). Em conjunto com as Assessorias de Informática e Informática Jurídica procedeu-se as alterações necessárias para que as informações prestadas pelos magistrados (art. 58 do CNCGJ) atendam ao solicitado pelo CNJ e permitam o seu envio de forma eletrônica

- Desenvolvimento de formulário eletrônico na página da CGJ para a coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania. Em fase de implantação, o sistema *web* permitirá que os responsáveis pelas Casas informem, pela internet, o movimento mensal das unidades, dispensando a remessa de planilhas e a redigitação dos dados na Divisão.

- Reformulação do “Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”. Visando a adoção do Sistema de Índices da Softplan, iniciou-se processo de reformulação da captura das informações junto aos bancos das comarcas. A nova sistemática contará com dispositivos que irão permitir identificar as principais deficiências na alimentação do *saj/pg* das comarcas, possibilitando uma pronta intervenção da Corregedoria para que as unidades observem o correto preenchimento das informações.

- Participação do III Encontro da Rede Infoseg, em Brasília. Além das matérias tratadas na pauta, com painéis que enfocaram vários temas relacionados à Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, destacamos os contatos mantidos com os integrantes da SSP/SC, quando ficou definido que a atualização dos mandados de prisão na base do Infoseg será feita utilizando as informações existentes no banco da Corregedoria. Decorrente disto, a Assessoria de Informática reiniciou os trabalhos

que visam a exportação das informações diretamente ao Infoseg, os quais tinham sido suspensos no aguardo de definição por parte da SSP/CIASC.

- Participação de treinamento em Brasília para a implantação, em Santa Catarina, do sistema Renajud (Restrições Judiciais de Veículos Automotores), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça. Três servidores da Corregedoria foram designados como másters e serão os responsáveis pelo cadastro de usuários e gerenciamento da utilização do sistema.

- Fornecimento de informações estatísticas ao Tribunal Pleno, Conselho Nacional de Justiça, Diretorias do Tribunal, Magistrados, Ministério Público Estadual e público externo em geral ;

- Controle e atualização, na *intranet/internet*, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense, etc.);

- Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Detranet, Infoseg, Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências e aplicativos do Conselho Nacional de Justiça.

Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão até o mês de novembro do corrente ano:

- Mapas estatísticos processados ou digitados: 5.058;

- Mapas estatísticos auditorados/regerados (correção de problemas):

78;

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 129;

- Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos – não considerados quando inscritos em mais de um processo para a mesma pauta): 403;

- Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: 26.280(*);

- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ: 19.586

(*);

- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 21.580 (*);

- Registros de mandados de prisão captadas via SAJ: 23.118 (*);

- Fornecimento de Certidões de antecedentes: 618;

- Informações prestadas em processos administrativos (criação

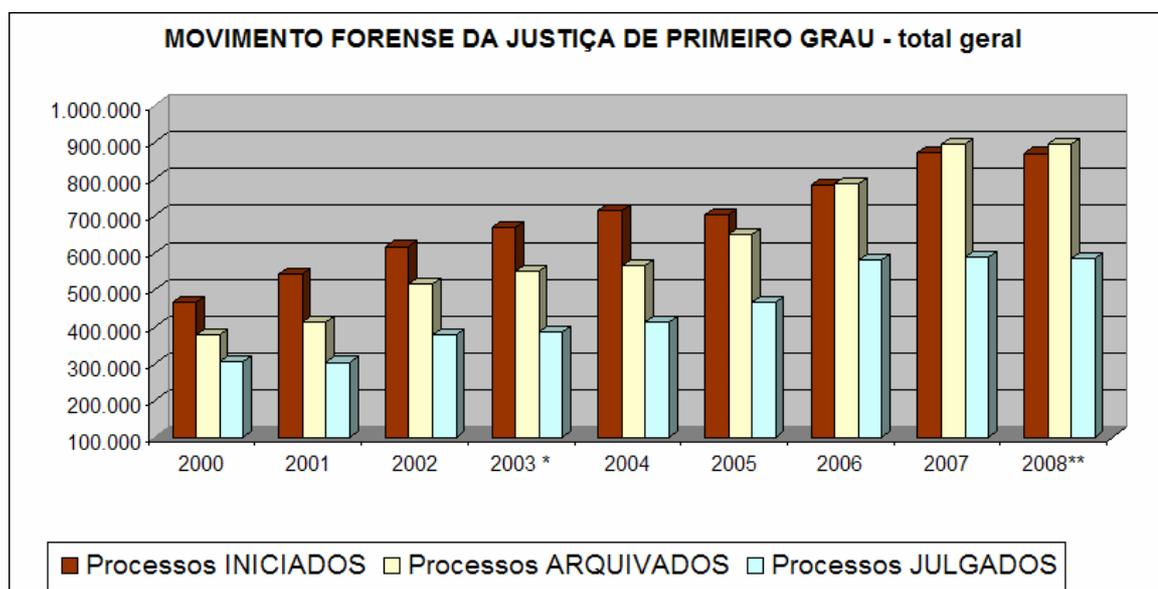
varas, alteração de competências das unidades e etc): 58.

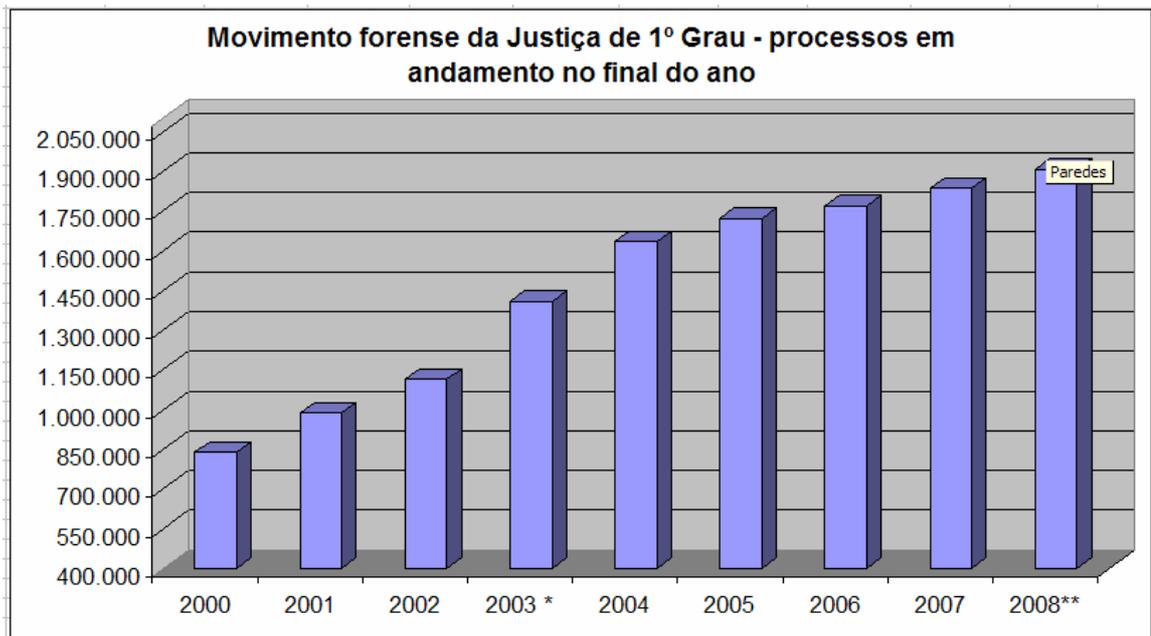
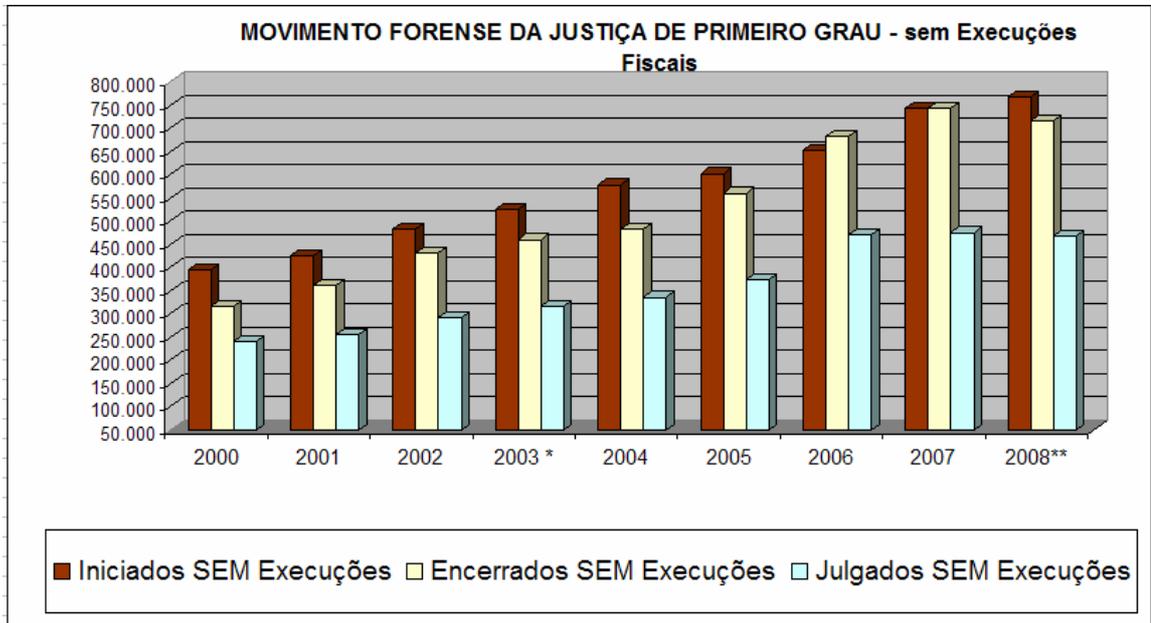
Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereço, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem acostados:

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina												
Corregedoria-Geral da Justiça												
Divisão Judiciária												
Movimento Forense da Justiça de Primeiro Grau												
Ano	Processos Iniciados - total	Execuções		Processos Encerrados - total	Execuções		Processos Julgados total	Execuções		Em Andamento final do ano - total (*)	Execuções em Andamento	Em Andamento Sem Execuções
		Fiscais Iniciadas	SEM Execuções		Fiscais Encerradas	s SEM Execuções		s Fiscais Julgadas	SEM Execuções			
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	305.556	64.570	240.986	839.081	275.897	563.184
2001	542.599	116.352	426.247	412.812	51.785	361.027	302.947	46.747	256.200	987.981	328.167	659.814
2002	616.933	135.412	481.521	514.959	84.123	430.836	378.885	86.175	292.710	1.114.686	381.478	733.208
2003 *	667.280	142.118	525.162	550.014	89.987	460.027	385.996	70.788	315.208	1.408.976	513.020	895.956
2004	714.434	136.602	577.832	565.341	81.688	483.653	412.680	77.236	335.444	1.634.389	586.379	1.048.010
2005	704.333	101.933	602.400	648.175	88.502	559.673	465.628	92.492	373.136	1.722.546	614.827	1.107.719
2006	783.871	132.055	651.816	787.952	104.927	683.025	580.244	110.014	470.230	1.769.731	662.419	1.107.312
2007	870.628	128.800	741.828	893.971	150.143	743.828	588.234	113.106	475.128	1.835.910	665.860	1.170.050
2008**	869.112	102.650	766.462	895.248	179.513	715.735	585.065	116.386	468.679	1.907.995	651.850	1.256.145

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SA
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.





DIVISÃO JUDICIÁRIA				
ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA				
2 0 0 8 - Dados relativos ao período : janeiro a novembro				
COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	% ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
TOTAL		8.607	3.959	46%
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	44	19	43%
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	6	3	50%
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	29	27	93%
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	5	3	60%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	109	65	60%
ASCURRA	ASCURRA	340	226	66%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	421	236	56%
BRAÇO DO NORTE	SÃO LUDGERO	91	39	43%
BRUSQUE	BOTUVERÁ	24	15	63%
BRUSQUE	GUABIRUBA	17	2	12%
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	46	30	65%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	277	44	16%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	64	33	52%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	81	61	75%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	101	70	69%
CAPINZAL	IPIRA	47	35	74%
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	19	18	95%
CAPINZAL	OURO	66	28	42%
CAPINZAL	PIRATUBA	140	67	48%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	28	10	36%
CATANDUVAS	JABORÁ	54	18	33%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	65	36	55%
CORREIA PINTO	CORREIA PINTO	23	6	26%
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	72	31	43%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	59	36	61%
CRICIÚMA	PRÓSPERA	127	17	13%
CRICIÚMA	RIO MAINA	205	7	3%
CRICIÚMA	CRICIÚMA	297	16	5%
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	204	17	8%
FRAIBURGO	FRAIBURGO	312	218	70%
FRAIBURGO	MONTE CARLO	189	149	79%

HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	387	84	22%
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	30	15	50%
INDAIAL	INDAIAL	393	285	73%
ITUPORANGA	IMBUIA	18	15	83%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	6	5	83%
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	16	14	88%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	13	5	38%
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	73	47	64%
JOAÇABA	JOAÇABA	80	23	29%
JOAÇABA	LUZERNA	4	1	25%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	7	2	29%
MARAVILHA	IRACEMINHA	74	64	86%
ORLEANS	CELSO RAMOS	122	74	61%
PRES. GETÚLIO	DONA EMMMA	51	21	41%
PRES. GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	31	14	45%
PRES. GETÚLIO	VITOR MEIRELES	50	29	58%
PRES. GETÚLIO	WITMARSUM	102	59	58%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	10	10	100%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	221	98	44%
RIO DO OESTE	LAURENTINO	18	10	56%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	35	16	46%
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	50	32	64%
RIO DO SUL	AURORA	50	29	58%
RIO DO SUL	LONTRAS	258	171	66%
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	10	6	60%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	128	53	41%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	83	42	51%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	114	105	92%
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	761	97	13%
TIJUCAS	TIJUCAS	898	604	67%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	222	31	14%
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	56	50	89%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	66	54	82%
TIMBÓ	TIMBÓ	106	68	64%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	69	48	70%
TUBARÃO	TUBARÃO	433	96	22%
TOTAL		8607	3959	46%

6 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

6.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no *site* da Corregedoria Geral da Justiça.

6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 35 (trinta e cinco) pareceres em processos;

- 51 (cinquenta e um) pareceres envolvendo cálculos.

6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 2.688 (dois mil seiscentos e oitenta e oito) *e-mails*;

- 2.460 (dois mil quatrocentos e sessenta) telefonemas.

6.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 64 (sessenta e quatro) pessoas atendidas.

6.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Participação da Assessoria no projeto de implantação da GECOF;
- Participação nas reuniões acerca da implementação do novo sistema de Custas e Cálculo Processual (CCP), Fundo de Reparelhamento da Justiça, sistema de distribuição de títulos, criação da Gerência de Custas;
- Capacitação dos contadores judiciais para a operacionalização do novo sistema de cobrança de custas (CCP);
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para integração do SAJ/PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;
- Participação nas forças-tarefas realizadas nas Comarcas já providas do novo sistema de cobrança de custas (CCP);
- Estudos para implementação de custas judiciais na *internet*;

6.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na *internet*;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7 ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano 2008, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:

7.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do site da Corregedoria para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as informações, ressaltam-se:

- Acesso ao Portal da Infância e Juventude;
- Jurado Voluntário;
- Mutirão de Sentenças 2008;
- Portal de Peritos;
- Atualização Monetária;
- Programa DNA;
- Código de Normas em HTML revisado;
- Intranet da CGJ;

7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos –

CUIDA

A novidade do projeto foi o novo Módulo de Abrigos que permite aos coordenadores de abrigos informarem imediatamente a entrada e saída de crianças. Este módulo permite ao Poder Judiciário uma visão imediata da situação dos abrigamentos no Estado.

No projeto anterior, foram realizadas atualizações nos dois módulos existentes: no Módulo *Web*, em linguagem *Java*, e no Módulo Administrativo, em linguagem *Delphi*. No Sistema *Web*, foram incorporados os novos recursos em atendimento às solicitações das Assistentes Sociais e demais usuários do sistema;

no Sistema Administrativo, continuou-se a desenvolver relatórios gerenciais e estatísticos com capacidade de cruzamento de diversos dados.

O suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo executado.

7.3 Sistema Bacen Jud

A assessoria tem auxiliado na função de *Master* do sistema e na função de suporte aos usuários, respondendo diariamente aos questionamentos encaminhados por e-mail ou telefone, bem como, intercedendo junto às instituições financeiras, Mesa Bacen Jud e Comitê Gestor do sistema quando necessário.

7.4 Sistema de Jurados Voluntários

O sistema está em pleno funcionamento. No seu terceiro ano de atividade, a lista de jurados pode ser gerada e encaminhada às unidades judiciárias respectivas, para a composição do corpo de jurados.

7.5 Provimentos e Circulares

Foi dada continuidade na alimentação dos provimentos no banco de dados e atualizado todo o banco de circulares, de modo que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no site da CGJ.

Está na fase de testes e estruturação das tabelas a apresentação do índice de provimentos, circulares e ofícios-circulares no site da Corregedoria Geral da Justiça, visando facilitar o acesso e a organização dos documentos, com ementa e indicação do foro de alteração no código de normas, no caso de provimentos.

7.6 Projeto Cadastro de Magistrados

O projeto Cadastro de Magistrados tem sua manutenção realizada, de modo que se atenda aos requisitos levantados pela Corregedoria.

7.7 SAJ Estatística

O sistema continua sendo disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto está em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema.

7.8 Sistema de Inspeção Virtual

Foram realizadas manutenções nas duas novas versões do Sistema de Inspeção Virtual, além da versão anterior para a Corregedoria. A primeira versão é para as comarcas e uma segunda para o Ministério Público.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais.

7.9 Projeto de Selos

O sistema passou por diversos ajustes, principalmente com o desenvolvimento de novos relatórios, bem como mudanças no processo de aquisição de selos, incorporando a possibilidade de uso do boleto. Desenvolveu-se um controle para o pagamento de ajuda de custo, pagamento de novos tipo de atos e os respectivos relatórios.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

7.10 Projeto Ressarcimento de Selos

Desenvolveu-se, no Sistema *Web*, em linguagem *Java*, a solicitação de novos tipos de atos praticados pelos cartórios extrajudiciais a serem ressarcidos.

Também implementou-se, no Sistema *Web*, recursos para cadastramento de solicitações de atos gratuitos ainda não ressarcidos, para estudo de viabilidade econômica, além da solicitação de Selos de Fiscalização do tipo Isento.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

7.11 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché

Desenvolveram-se os Mapas Estatísticos da área criminal e, por demanda, realiza-se o atendimento às solicitações das divisões administrativa e judiciária, onde os seguintes sistemas foram ajustados: Mapas Estatísticos, Magistrados, Acompanhamento de Processos.

7.12 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização

Monetária

Realizaram-se inovações no Sistema *Web*, em linguagem *Java*, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária, com a possibilidade de se estabelecer juros com datas distintas do período da atualização e escolha do tipo de juros. O novo sistema permite a exportação da tabela resultante para vários formatos.

7.13 Projeto Banco de Peritos

O projeto, em seu sistema de consulta interna, já disponível para a sociedade, também o foi para magistrados e servidores. A assessoria presta suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário.

7.14 Emissão de relatórios estatísticos

Emitiram-se diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

7.15 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática

- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

7.16 Sistema de Gravação de Audiências

Após implantado um sistema de gravação de audiência na Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital, como projeto piloto homologado pelo CGINFO, a assessoria participou junto à Diretoria de Informática da instalação do software da Empresa KENTA, como projeto piloto nas Comarcas de Joinville (Juizado Especial), Santa Rosa do Sul e Barco do Norte.

Acompanhando a instalação do software Kenta DRS e repassando informações contidas no Provimento n. 10/2007, que dispõe sobre a gravação fonográfica ou audiovisual das audiências.

7.17 Sistema de Intimação por Telefone

Além das Comarcas de Joinville e Blumenau, nas varas do Juizado Especial Cível, onde já haviam sido instalados equipamentos de gravação de conversa telefônica para intimação por meio de telefone, o juizado Especial Cível de Criciúma teve equipamento semelhante instalado.

Com a instalação das centrais digitais (VOIP), em parceria com a Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi desenvolvido um ambiente próprio para a alimentação dos dados para a utilização das centrais digitais na intimação pelo telefone. O projeto será avaliado em fase de piloto na Comarca de Joinville ou outra a ser designada.

7.18 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2008

Uma ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de

informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no banco.

7.19 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Desenvolveu-se novo *site*, visando ampliar a comunicação com os usuários das serventias extrajudiciais e informar sobre as atividades da Vice-Corregedoria.

7.20 Banco de Conhecimento

Um banco de conhecimento com diversos tipos de arquivos foi criado, permitindo o compartilhamento de documentos, busca textual com *escore*, e diversos filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado, em breve, para toda a Corregedoria.

No site da Corregedoria poderá ser disponibilizada uma consulta ao banco de conhecimento para auxiliar o trabalho de todas as comarcas do Estado.

7.21 Banco de Sentenças

Em fase de testes, o banco de sentenças gerado com cerca de 7 mil documentos, está em avaliação, de modo que se possibilite aos magistrados e assessores, consultas de matérias decididas em todo o estado.

O banco de sentenças permite que se consulte por assunto, classe, tipo de sentença, dentre outras funções.

7.22 Programa DNA

Desenvolveu-se um Sistema Web para solicitação e distribuição de kits de coleta para todas as unidades do Estado. Atualmente está em desenvolvimento um Sistema para informação dos dados da coleta, de modo que se automatize o processo de identificação no laboratório da UDESC.

7.23 Portal da Infância e da Juventude

A assessoria gerenciou o projeto do portal, conforme deliberado no Encontro dos Comissários da Infância e da Juventude, realizado em outubro de 2007.

O *layout* e a parte web ficou a cargo da Diretoria de Informática desta Corte; já os menus e o conteúdo foram compilados pela Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça.

A Assessoria também auxiliou no conteúdo dos modelos da categoria 16 do *SAJ-pg*, relativos aos expedientes da Infância e da Juventude, criados no sistema pela Diretoria de Informática.

7.24 Instalação do SAJ-pg

Após o deferimento do pedido para instalação e aplicação do *SAJ-pg* na Corregedoria Geral da Justiça, pelo CGINFO, esta Assessoria vem tratando diretamente com a Divisão de Dados da Diretoria de Informática, para preparação de um equipamento exclusivo para utilização da CGJ.

7.25 Instalação de Rede Wireless

Aquisição de 02 (dois) aparelhos access point wireless (rede sem fio), haja vista a carência de pontos físicos e a utilização de *notebooks* por Magistrados e Servidores, com a criação da WCorregedoria.

7.26 Aparelho de Televisão LCD

Aquisição de aparelho de televisão tipo LCD de 40 polegadas para a Sala de Reuniões da CGJ, visando melhorar a projeção quando das reuniões, bem como, suprir a falta de equipamento quando o projetor está em viagem com outra equipe de trabalho ou em manutenção. Já está em uso e testes para validar a utilização de mouse e teclado wireless, utilizando o televisor LCD acoplado a um microcomputador ou *notebook*, proporcionado comodidade nas apresentações, com acesso remoto.

7.27 Troca de microcomputadores e periféricos

Tendo em vista a instalação do *SAJ-pg* na Corregedoria Geral da Justiça, está sendo trocada toda máquina (microcomputador) abaixo de 1.1 MHz de "*clock*" por equipamento novo, com processador Dual Core. Haverá troca de impressoras laser que estão em situação precária, bem como a substituição da laser color e aquisição de leitores ópticos para agilizar a alimentação do sistema

SAJ-pg.

7.28 Relatório Eletrônico de Inspeção em Estabelecimento

Prisional

Disponibilizado o Relatório Eletrônico de Inspeção em Estabelecimento Prisional com base na Resolução CNJ n.47, no site deste órgão (<http://cgj.tj.sc.gov.br/consultas/restrito/index.htm>), com alimentação mensal de dados, conforme preceitua o artigo 58 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. O sistema foi alterado para atender a solicitação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mantendo a base de dados da CGJ, com a geração de relatórios e demais ferramentas de estatísticas das informações coletadas. A Assessoria aguarda o desenvolvimento de ferramenta, pelo CNJ, para migração de dados.

7.29 Cadastro de Abrigos

Disponibilizado o sistema de informações para os abrigos do Estado, de forma que a comunicação da entrada, saída e ocorrências com as crianças institucionalizadas seja realizada *on line* e no momento do ocorrido. No primeiro semestre de 2008, houve uma capacitação em diversas regiões do estado e os abrigos passaram a informar diariamente a movimentação de crianças, o que antes só era realizado uma vez por mês.

7.30 Sistema Casa da Cidadania

O sistema *web* para prestação de informações da movimentação das Casas da Cidadania está em fase de implantação e disponibilização para os secretários das Casas, que poderão informar o movimento pela internet. Com isso será possível realizar pesquisas estatísticas e disponibilizar à sociedade os mapas da instituições.

7.31 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

Os bancos de mandados, suspensos, beneficiados e culpados foi totalmente revisado, de modo uma nova sistemática de consulta seja realizada, com

o objetivo de alinhar o atual sistema ao sistema de índices da Softplan. Diversas manutenções foram realizadas de modo a acelerar o processo de captura de novas informações. A nova sistemática de consulta relacionará os dados exatamente como está alimentado no SAJ da Comarca de origem, não havendo mais a união de dados de Comarcas distintas. Isto permitirá que a Corregedoria cobre melhor qualificação das partes e, ao adotarmos o sistema de índices, a união de partes poderá ser melhor realizada e realizada de forma automatizada, ou seja, sem interferência humana no processo.

Dois servidores da Corregedoria participaram de uma reunião de trabalho na SENASP, em Brasília, com o objetivo da integração do Poder Judiciário de Santa Catarina à Rede INFOSEG. A Assessoria de Informática está trabalhando na exportação de informações à Secretaria de Segurança Pública do Estado e ao Tribunal Regional Eleitoral.

8 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

8.1 Quadro de pessoal:

O quadro é composto por duas servidoras do quadro do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;

- 1 agente administrativo auxiliar - acadêmica do curso de Serviço Social na UFSC.

8.2 Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulado por estrangeiros;

-Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;

-Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA; .

-Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas entre outros;

-Elaboração de projetos para captação de recursos junto à organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;

-Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;

-Acompanhamento aos programas de abrigo através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;

-Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de abrigo;

-Elaboração de material informativo relacionado à adoção;

-Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;

-Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;

-Viabilizar a adoção de crianças em condições jurídicas para tal à famílias estrangeiras cadastradas na Comissão.

8.3 Projetos/Atividades:

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

A utilização do sistema é acompanhada pela CEJA e avaliada nos encontros anuais de assistentes sociais, que no corrente ano ocorreu em Balneário Camboriú, no mês de agosto.

Já incorporado na rotina de trabalho das técnicas, o sistema hoje é estável, e sua utilização vem produzindo os resultados inicialmente desejados: racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, entre outros.

Com a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, pelo Conselho Nacional de Justiça, no último mês de junho, as CEJA's do Brasil foram designadas como gestores estaduais do referido cadastro, o que amplia as competências no que diz respeito aos cadastro de pretendentes à adoção.

O Cadastro Nacional foi criado a partir do modelo do CUIDA, razão pelo qual não será necessário alterar o sistema hoje utilizado em Santa Catarina.

Projeto de acompanhamento e supervisão às Instituições de Abrigo

Neste ano, desenvolveu-se o módulo dos abrigos, concluindo assim todos os módulos do CUIDA.

Ministrou-se treinamento aos 132 abrigos do Estado, que hoje acessam o sistema via internet, informando de imediato sobre a entrada e saída das crianças nos abrigos.

Com isto, além de agilizar as informações sobre as crianças de abrigos, passamos a estabelecer uma relação de maior integração com as instituições, uma vez que estas passam a ser, assim como os profissionais do judiciário, operadores do sistema.

8.4 Eventos/Treinamentos:

A CEJA participou e colaborou com a organização dos eventos/treinamentos:

- 09 e 10 de maio: XI Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília (DF).

- Abril e maio: Encontros regionais de capacitação aos abrigos.

- 21 de agosto: Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário – Balneário Camboriú (SC).

- 22 de agosto : V Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção - Balneário Camboriú (SC).

- 04 e 05 de dezembro: Encontro Brasil-Itália de Autoridades Centrais e Organismos de Adoção Internacional – Brasília-DF

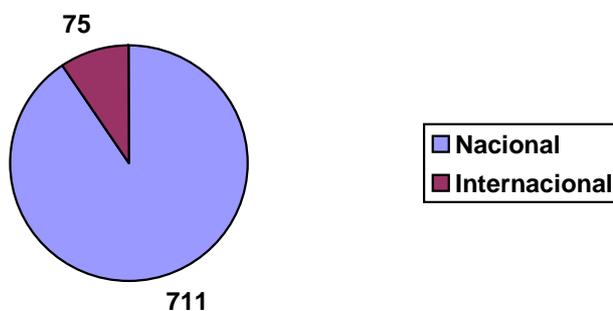
8.5 Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional:

5 sessões realizadas

101 processos julgados.

Adoções Realizadas



711 nacionais - crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

75 crianças adotadas por estrangeiros sendo:

67 já finalizadas

8 em estágio de convivência

As adoções internacionais, via de regra, ocorrem com grupos de irmãos, assim temos:

Itália: 26 casais italianos adotaram 57 crianças

França: 3 casais franceses adotaram 10 crianças

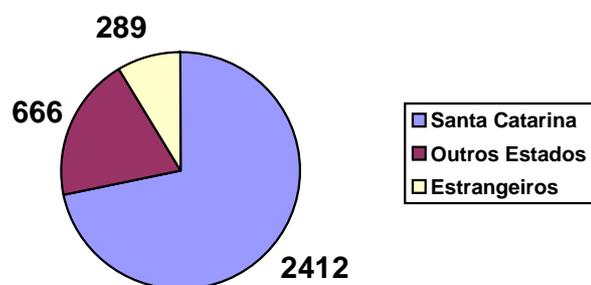
Espanha: 5 casais espanhóis adotaram 8 crianças.

Pretendentes Habilitados: 3367

-residentes em Santa Catarina: 2.412 (72 %)

residentes em outros Estados: 666 (20%)

estrangeiros: 289 (8 %)



Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

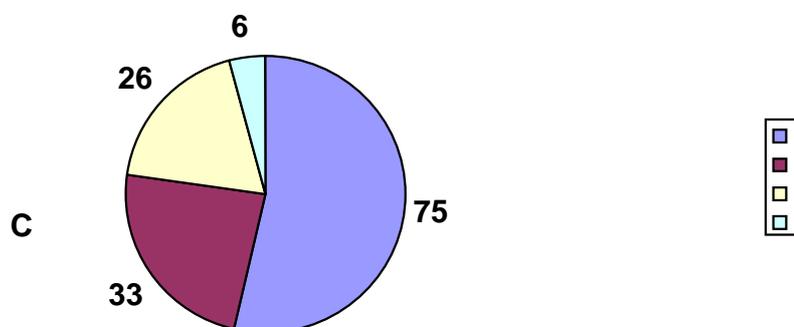
-140 programas de abrigo, sendo:

-75 abrigo institucional (54%)

-33 Casas Lares (24%)

-26 Projetos Famílias Acolhedoras (18%)

-06 Casas de Passagem (4%)

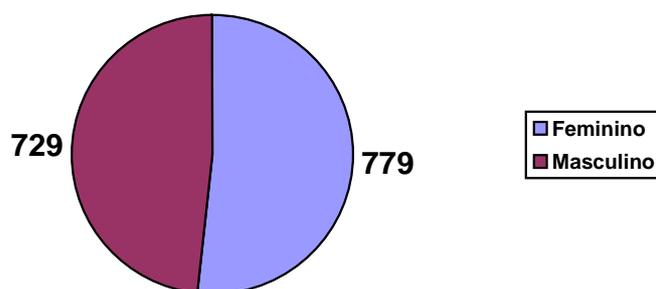


Crianças/Adolescentes Abridados

-1508 crianças/adolescentes abridados.

-Sexo feminino – 779 (52%)

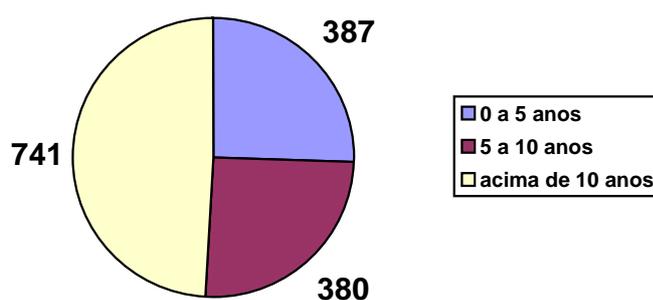
-Sexo masculino – 729 (48%)



0 a 5 anos – 387 (26%)

5 a 10 anos – 380 (25%)

acima de 10 anos -741 (49%)



Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

31 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

8.6 Propostas

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.

- Organização do 6º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Gaspar, mês de setembro/2009.

- Visita aos abrigos do Estado para acompanhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.

- Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de abrigo através de relatórios e visitas eventuais às instituições.

- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.

8.7 Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto às propostas de racionalização do trabalho de habilitação de candidatos brasileiros a adoção, a partir do cadastro único e, principalmente, a agilização dos encaminhamentos de adoção.

Já os eventos realizados mobilizaram os 31 grupos de estudos e apoio à adoção do Estado, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, somando mais de 700 pessoas na discussão de assuntos relacionados a infância e juventude.

A capacitação aos abrigos, ministrada nos meses de abril e maio, contou com a participação de três representantes por instituições, totalizando mais de 400 pessoas treinadas para o uso do sistema.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional permitiram dar encaminhamento a um número expressivo de processos e, por

conseqüência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

Registramos o apoio do Desembargador Anselmo Cerello que, na qualidade de Presidente da CEJA, prestou incentivo a estes projetos; a confiabilidade no trabalho de equipe, e sua presença em todos os eventos promovidos pela Comissão e sessões de julgamento, além do respaldo público manifestado a todas as ações da CEJA, são fatores resultantes de ações eficazes, neste período.

Da mesma forma, a disponibilidade e atenção dos Juízes Corregedores, todos sensíveis à causa da infância e da juventude, tem auxiliado no encaminhamento dos projetos.

Cabe registrar, também, o apoio da secretária e de todo o corpo de funcionários da Corregedoria, sempre receptivos e disponíveis para auxiliar nas atividades desenvolvidas na comissão.

9 ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições dispostas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ;
- assessoramento e agendamento de compromissos do Corregedor Geral da Justiça ;
- organização das viagens realizadas pelo Corregedor Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitações de diárias e ressarcimentos de combustível para viagens pela Corregedoria Geral da Justiça, dos servidores, Juízes Corregedores e Corregedor Geral da Justiça;
- prestação de contas referentes às diárias e ressarcimentos de combustível deferidos;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça;

- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria Geral da Justiça.

10 CONCLUSÃO

No encerramento de mais um ano de atividades desta Corregedoria Geral de Justiça, é de se destacar que, conquanto a situação anômala aqui vivida, dada a brevidade do mandato do Exmo. Sr. Des. Anselmo Cerello, passando pela interinidade do Exmo. Sr. Des. José Gaspar Rubik e, por fim, pela nossa posse no cargo em 3 de novembro último, na gestão prematuramente encerrada trabalhos profícuos foram realizados, dando-se continuidade às inspeções virtuais, ao mutirão de sentenças, ao cadastro de adoções, ao mutirão de julgamento pelos Tribunais do Júri, além de outras atividades dos gêneros.

Inspeções em Varas e comarcas foram efetivadas, todas com absoluto êxito e com um excelente grau de resultados positivos.

No nosso curto período de exercício neste Órgão Censor, foram aprimorados os critérios visando uma mais justa e equânime apuração do merecimento dos magistrados catarinenses, para a formação de listas de promoção e de remoção.

A par disso, fizemos realizar correição na Vara dos Feitos Executivos Municipais, bem como no Cartório de Registro de Imóveis de Içara, esta que redundou no afastamento liminar do respectivo titular.

Da mesma forma, participamos ativamente do Congresso de Corregedores, realizado na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

No exíguo período de pouco mais de um mês, tentamos contribuir, pelas mais diversas formas, para o aprimoramento do serviço judiciário, seja no tocando ao foro judicial, seja no referente ao foro extrajudicial, conscientes de que o ano vindouro será bastante árduo.

E, em arremate, reiteramos nossos agradecimentos aos Juízes-Corregedores Auxiliares que integram a equipe desta Corregedoria, já nominados na parte introdutória do presente relatório, bem como ao excelente quadro funcional de que dispomos que, embora em número insuficiente, não mediu

esforços para, sob a regência firme da Dra. Riza Quaresma Butter, Secretária Geral da Corregedoria, cumprir todas as metas traçadas.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2008.

JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS
Desembargador Corregedor-Geral Da Justiça